

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro Sócio - Econômico
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO.

CAUSAS QUE LEVARAM A COLONIZAÇÃO OFICIAL
DA TRANSAMAZÔNICA A CONSTITUIR-SE META SETORIAL
DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PLANEJADO

JOSÉ MAIA

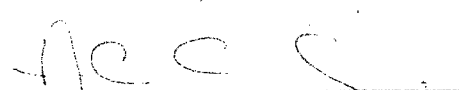
DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

SETEMBRO - 1983

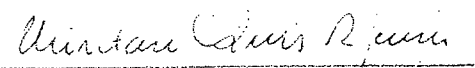
**CAUSAS QUE LEVARAM A COLONIZAÇÃO OFICIAL
DA TRANSAMAZÔNICA A CONSTITUIR-SE META SETORIAL
DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PLANEJADO.**

JOSE' MAIA

**ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO
(ÁREA DE CONCENTRAÇÃO : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) E APROVADA
EM SUA FORMA FINAL PELO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO.**


PROF. ANTONIO NICCOLO' GRILLO
COORDENADOR DO CURSO

**APRESENTADA PERANTE A BANCA EXAMINADORA COMPOSTA DOS
PROFESSORES :**


PROF. UBIRATAN SIMOES REZENDE, PH.D
PRESIDENTE


PROF. JOSE' RAMALHO DE CASTRO, PH.D


PROF. NELSON COLOSSI, M. SC.

SETEMBRO - 1.983

S U M Á R I O

1. INTRODUÇÃO	01
1.1. JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	05
1.2. OBJETIVOS DO ESTUDO	05
1.3. METODOLOGIA	06
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COLONIZAÇÃO OFICIAL NO BRASIL	09
2.1. BRASIL COLÔNIA	10
2.2. BRASIL REINO	16
2.3. BRASIL IMPÉRIO	16
2.4. BRASIL REPÚBLICA	21
3. FORMAS DE COLONIZAÇÃO OFICIAL NO BRASIL	29
3.1. COLONIZAÇÃO DIRIGIDA OU ESPONTÂNEA	30
3.2. IMIGRAÇÃO PARA A COLONIZAÇÃO DIRIGIDA OU ESPONTÂNEA	34
3.3. MÉTODOS OPERACIONAIS DE COLONIZAÇÃO OFICIAL	36
4. ALGUNS ASPECTOS DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA	41
4.1. CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS	43
4.2. FORMAS JURÍDICAS DE OCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS	52
4.3. OUTROS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA	56

5. COLONIZAÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA: UMA EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO PLANEJADO	66
5.1. AMAZÔNIA: DEFINIÇÃO E SEUS COLONIZADORES	68
5.2. O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - OBJETIVOS E METAS	73
5.3. SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE TEÓRICA	77
5.4. OS PROJETOS PILOTOS DE COLONIZAÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA	93
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

DEDICATÓRIA

Á MINHA ESPOSA SILVIA PELO ESTÍMULO,
AOS MEUS FILHOS MAURÍCIO, MARÍSA E MAR
CIO EXPRESSÕES PURA DE AMOR E INOCÊNCIA,
AOS MEUS IRMÃOS RUY E CARMINA PELO APOIO
AOS MEUS PAIS E ESPECIALMENTE MINHA MÃE
DORA A QUEM TUDO DEVO.

"A TRANSAMAZÔNICA SERÁ UMA VEREDA
ABERTA NO NORDESTE PARA A COLONIZAÇÃO DE
ENORME VAZIO DEMOGRÁFICO E O INÍCIO DA
EXPLORAÇÃO DE POTENCIAIS ATÉ ENTÃO INA
CESSÍVEIS."

PRESIDENTE MEDICI

AGRADECIMENTOS

A Deus por nos ter dotado de inteligência, força e coragem para superar os momentos difíceis da vida.

A Universidade Federal de Santa Catarina que, por intermédio do Centro Sócio-Econômico, aceitou-nos como aluno do curso de Mestrado em Administração.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Autarquia Federal, a qual temos a honra de pertencer como Técnico em Administração pela valiosa compreensão e apoio para frequentar o curso.

Aos professores Ubiratan Simões Resende e Nelson Colossi responsáveis pela orientação da presente monografia, cuja conclusão em grande parte sou eterno devedor.

Ao Coordenador e professores do Curso de Pós-Graduação em Administração Pública pelo carinho e apoio.

Aos colegas de curso e especialmente Marco Aurélio Espindola Lima, Arlindo Carvalho Rocha e Atilio Pisa Neto pela amizade e solidariedade.

Aos funcionários do curso e bibliotecários da UFSC e do INCRA, pela paciência, compreensão e presteza na obtenção dos dados necessários.

Aos Professores Alcebiades Afonso Cunha e Antenor Vieira de Mello pela colaboração emprestada na correção de português.

Aos eficientes datilógrafos Lucilio Gonçalves Costa e Osvaldo Ramos Netto pelo cuidado e zelo na elaboração do trabalho.

Enfim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente tenham contribuído para a realização deste trabalho, o nosso sincero reconhecimento e gratidão.

O autor

RESUMO

A ausência da riqueza fácil e de ocupação concomitante à posse da terra descoberta exigem dos portugueses um grande esforço para manter a soberania da nova colônia e conquistar o sertão. Assim, os primeiros trinta anos do país, assiste-se apenas a expedições fiscalizadas ou mesmo exploratórias, sem contudo se fixar na nova colônia. Somente em 1.530 é que se dá início à colonização do Brasil por ocasião da expedição chefiada por Martim Afonso de Souza. A esse período os historiadores chamam de pré-colonizador.

Diante das dificuldades apresentadas, os portugueses iniciaram a política colonizadora, através da criação das Capitanias Hereditárias, implantadas ao longo do litoral que vai do Maranhão e Laguna em Santa Catarina.. A resposta desse processo esperada pelo Governo de Portugal não foi compensadora e, como reforço às Capitanias é estabelecido o Governo Geral do Brasil em 1.547, iniciado oficialmente com a chegada do Primeiro Governador, Tomé de Souza, à Bahia, em 28 de março de 1.549.

Foi a partir, da introdução da cana-de-açúcar cuja expansão exige a necessidade de mais braços para o desenvolvimento da Colônia. A solução encontrada, não só nesse ciclo econômico como em outros que se sucederam,

suscitou o aprisionamento de índios, a utilização do braço africano ou a imigração de colonos europeus. Como resultado dessas políticas originou de um lado o grande latifundiário e do outro o pequeno proprietário rural.

o esforço governamental para a colonização do imenso território sempre se fez sentir, ora favorecida por meio de legislação para a entrada de imigrantes, ora implantando colônias em diferentes pontos do território, principalmente nas regiões litorâneas do Nordeste, Leste e no Centro-Sul. Face a suas peculiaridades e dificuldades de acesso, a Região Norte não foi beneficiada com o braço africano ou colonização européia, esta última senão espontaneamente, e muito mais para o saque e a exploração extrativista, do que com o objetivo colonizador.

As estatísticas demonstram que, a partir da abolição da escravidão, em 1.888, a entrada de imigrantes ocorreu em grande número em função da crescente necessidade de braços para o trabalho remunerado. No entanto, a partir da 1^a Guerra Mundial surgem as primeiras restrições pelas naturais hostilidades, entre países beligerantes e a neutralidade dos outros, e, de 1.930 em diante começam as restrições legais disciplinadoras. Várias razões conduziram o Governo a assim decidir, e a que julgamos de mais importante foi a necessidade de amparar e dar oportunidades aos trabalhadores rurais nacionais. Assim, o que

antes era efetuado pelo jogo de interesses passa a ser de ordem de prioridade e de critérios.

As estruturas organizacionais implantadas para tratarem do assunto têm demonstrado uma grande instabilidade e vínculos de subordinações diferentes, decorrentes da própria descontinuidade administrativa, principalmente a partir de 1.889. Dessa transitoriedade, nos dias atuais o Órgão responsável pela condução da política fundiária e colonizadora é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com vinculação, recente, ao Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Os resultados de tantas indecisões e indefinições estão à vista, quando se analisa a distribuição demográfica e a estrutura agrária do país. De um lado, um vasto território a ser ocupado e de outro um congestionamento populacional urbano e uma estrutura agrária conturbada entre o latifúndio e o minifúndio, a posse ilegal e a de boa fé. Todas conduzem a um sem número de bolsões de natural tensão social rural e urbana.

Com o objetivo de minimizar o problema e sendo o processo de desenvolvimento planejado um veículo capaz de conduzir a sociedade e transformações estruturais de ordem econômica, política, social, cultural e ambiental, o

Governo Federal ao elaborar o Programa Estratégico de Desenvolvimento, incluiu em suas metas a penetração colonizadora nas faixas do território até então improdutivas.

Outras ações governamentais vêm reforçar o Programa pioneiro e assim surge o Programa de Integração Nacional - PIN, ao qual foram alocados recursos iniciais para a execução de suas metas. Assim é que sob os auspícios do PIN foram implantados na Transamazônicas três Projetos de Colonização que dotaram parte da área desbravada, de uma infra-estrutura mínima capaz de atender às necessidades de seus pioneiros.

A incapacidade de se atingir as metas previstas não expressam a inviabilidade da decisão política, uma vez que a mesma se encontra na dimensão operacional; entretanto, dados recentes, obtidos pelo censo de 1.980, revelam que a Região Norte foi a única a apresentar expressiva percentagem de crescimento no meio Rural, graças evidentemente ao fluxo migratório espontâneo que se tem dirigido à área, uma vez que pelo crescimento vegetativo de sua população não seria possível assegurar satisfatório aumento. Por outro lado, estudos atualizados executados pelo INCRA demonstram a existência de um grande número de famílias, já na região, que aguardam a oportunidade de serem assentadas.

Pelo exposto, constatada a necessidade urgente de uma maior agilização na implantação de novos Projetos de Colonização, evitando-se assim a formação de aglomerações populacionais numa ocupação desordenada dos espaços vazios, cujos reflexos são de conseqüências danosas imprevisíveis, transformando-se assim em um novo problema social a exigir soluções governamentais.

RESUME

L'absence de richesse facile à exploiter, et parallèlement, la nécessité de conserver la maîtrise des terres découvertes, exigent des Portugais un grand effort pour maintenir leur souveraineté sur la nouvelle colonie et conquérir l'intérieur du pays; Donc, dans les trente premières années du pays, on assiste seulement à des expéditions d'imposition fiscale ou même d'exploration, sans toutefois que les gens ne s'installent à l'intérieur de la nouvelle colonie. C'est seulement en 1.530 que commence la colonisation du Brésil à l'occasion d'une expédition dirigée par Martim Afonso de Souza. Cette période fut appelée par les historiens, période de pré-colonisation.

Devant les difficultés rencontrées, les Portugais initièrent leur politique de colonisation, par la création de "Capitaineries Héréditaires", implantées le long du littoral qui va de l'Etat du Maranhão à Laguna en Sainte Catherine. Les résultats escomptés par le Gouvernement Portugais ne furent pas atteints et, en renfort aux Capitaineries, fut créé en 1.547, le Gouvernement Général du Brésil, qui débuta officiellement avec l'arrivée du premier Gouverneur, Tomé de Souza, à Bahia le 28 Mars 1.549.

Ce fut à partir de l'introduction de la canne à sucre, dont l'expansion nécessite beaucoup de main d'oeuvre

pour assurer le développement de la colonie. La solution trouvée, non seulement dans ce cycle économique mais aussi dans d'autres qui ont succédé, fut d'asservir les Indiens et d'utiliser la main d'oeuvre africaine ou l'immigration de colons européens. Comme résultat de cette politique, apparurent d'un côté le latifundio et de l'autre la petite propriété rurale .

L'effort du Gouvernement pour coloniser cet immense territoire s'est toujours manifesté, soit par une législation favorable à l'entrée de migrants, soit par l'implantation de colonies en différents points du territoire, principalement dans les régions littorales du Nord-Est, de l'Est et dans le Centre-Sud.

En raison de ses particularités et de ses difficultés d'accès, la Région Nord ne bénéficia pas de la main d'oeuvre africaine ou de la colonisation européenne, cette dernière ayant plus pour objectif le pillage et l'exploitation extractive de la forêt, que la colonisation.

Les statistiques montrent que, à partir de l'abolition de l'esclavage en 1888, il se produisit une entrée de migrants en grand nombre, suite au besoin croissant de main d'oeuvre salariée. Cependant après la 1^{ere} Guerre Mondiale apparurent les premières restrictions, provoquées par les hos

tilités entre pays belligerants et pays demeurés neutres, et, depuis 1.930 apparurent les restrictions légales autoritaires.

Diverses raisons ont ainsi conduit le Gouvernement à décider, ce que nous jugeons de la plus haute importance, de protéger et donner leur chance aux travailleurs ruraux nationaux. Ainsi ce qui auparavant faisait l'objet d'intérêts particuliers, est devenu un ordre de priorité et de compétition.

Les structures d'organisations mises en place afin de traiter de la question ont fait preuve d'une grande instabilité et ont été subordonnées à diverses administrations en raison de la propre discontinuité administrative, principalement à partir de 1.889. Resultant de cet état transitoire, de nos jours l'organisme chargé de conduire la politique foncière et de colonisation est l'Institut National de Colonisation et de Réforme Agraire - INCRA, rattaché récemment au Ministre Extraordinaire pour les questions foncières.

Les résultats de tant d'indécisions et d'imprécisions peuvent se voir, lorsque, l'on analyse la répartition démographique et les structures agraires du pays. D'un côté, il existe un vaste territoire à occuper et de l'autre une concentration de population urbaine et des structures agraires confuses, entre latifundio, minifundio, occupation illégale

de terre et bonne foi. Toutes conduisent à un nombre incalculable de points de tension sociale, rurale et urbaine.

Avec l'objectif de minimiser le problème, et considérant le processus de développement planifié comme un moyen capable de conduire la société à des transformations structurelles, d'ordre économique, politique, social, culturel et de milieu ambiant, le Gouvernement fédéral, dans l'élaboration du Programme Stratégique de Développement, a inclus comme objectif, la pénétration de la colonisation dans les zones du territoire encore improductives.

D'autres actions du Gouvernement sont venues renforcer le programme pionnier, ainsi est apparu le Programme d'Intégration National - PIN, auquel furent allouées des ressources de base pour commencer à réaliser ses objectifs. C'est ainsi que furent implantés le long de la route Transamazonienne trois projets de colonisation qui ont doté une partie de l'aire occupée, d'une infra-structure minimum capable de répondre aux nécessités de ses pionniers.

L'impossibilité d'atteindre les objectifs prévus, ne signifie pas que la décision politique n'était pas appropriée, étant entendu que la même chose se produit au niveau opérationnel. Durant cette période, les données récentes obte

nues par le recensement de 1.980, révèlent que la Région Nord fut la seule à présenter un pourcentage significatif de croissance du milieu rural, grâce évidemment au flux migratoire spontané qui s'est dirigé vers cette région, alors que la seule croissance végétative de sa population n'aurait pas permis d'assurer un accroissement satisfaisant. D'un autre côté, des études récentes effectuées par l'INCRA, démontrent l'existence d'un grand nombre de familles, déjà dans la région, en attente de s'établir sur des lots.

Comme cela a été exposé, on constate l'urgente nécessité d'une plus grande souplesse dans l'implantation de nouveaux projets de colonisations, en évitant ainsi la formation l'agglomération populeuses occupant d'une façon désordonnée, les espaces vides, dont les réactions ont des conséquences préjudiciables et imprévisibles, et provoquant un nouveau problème social auquel le gouvernement devra trouver des solutions.

1

INTRODUÇÃO

O que caracterizava os países descobridores era a predominância e o domínio da navegação marítima, além da existência de uma densidade demográfica maior, que permitisse transferir habitantes para os novos territórios descobertos, efetivando, desta forma, a ocupação. Logo, a colonização efetuava-se pelo deslocamento de pessoas que acorriam em maior ou menor velocidade, dependendo do grau de interesse que despertasse, principalmente o econômico.

No Brasil, sem o achamento imediato de riqueza fácil, nos primeiros trinta anos após seu descobrimento, a colonização foi bastante lenta, embora concretizasse a ocupação portuguesa nas terras descobertas. Esse período é denominado pelos historiadores de pré-colonizador.

Contudo, graças à crescente atividade do extrativismo do pau-brasil e à necessidade de mão-de-obra para as primeiras plantações de cana-de-açúcar, acelera-se a colonização do Brasil-Colônia. Nesse sentido, foi grande o esforço de Portugal, e diferentes medidas foram então tomadas, representadas pela concessão de sesmarias, criação e doação de capitânicas hereditárias, estímulo à catequese do gentio, para cristianização e introdução nos trabalhos agrícolas, de africanos e em ambos os casos como mão-de-obra escrava.

Por outro lado, desde o descobrimento até bem re

cente, o processo colonizador no Brasil foi marcado pela entrada de estrangeiros no território nacional¹. Entre as razões que conduziram a uma reorientação dessa política de colonização, destacam-se as reações de hostilidades dos brasileiros aos estrangeiros após as duas Grandes Guerras. Soma-se a este fato, o crescimento natural populacional interno, ocasionado de forma bem mais positiva pelo desenvolvimento do controle de enfermidades infecto-contagiosas e a conseqüente redução da taxa de mortalidade infantil e o aumento do índice de vida média da população adulta.

Na realidade, o acelerado crescimento demográfico tem sido em todo o mundo, alvo de preocupação de estudiosos, planejadores e autoridades governamentais². Esses aumentos populacionais, trazem como resultante a exigência de mais alimento e crescente necessidade de habitações, escolas e outros serviços comunitários de infra-estrutura. Assim, são inúmeros os problemas, principalmente, o que diz respeito à produção de alimentos, cuja complexidade é agravada com os deslocamentos cada vez mais frequentes

1 - Entre as literaturas existentes a respeito do assunto, ver Melhem Adas. *Panorama Geográfico do Brasil*. 2ª ed. São Paulo. Ed. Moderna. 1983. p. 155/165; Delgado de Carvalho. *Organização Social e Política Brasileira*. 5ª ed. São Paulo. 1969. p. 50/69; e Brasil, INCRA. *Imigração dirigida para o meio Rural*. Brasília. 1978.

2 - Consultar a obra de Melvir Bernard A. *A corrida contra a fome*. São Paulo. Atlas. 1971.

das populações rurais para os centros urbanos, atraídas pelas necessidade de mão-de-obra dos setores secundários e terciários, bem como no tocante à modernização das cidades. Em nossos dias essa concentração urbana agrava-se sobremaneira no período de industrialização que se seguiu à II Guerra Mundial.

Este quadro leva a questão da colonização a uma nova realidade: deslocamento de contingentes populacionais de excedentes internos nos sentidos rural/rural, rural/urbano e urbano/rural, com acentuada predominância da transferência do rural/urbano. Trata-se do "êxodo rural".

Em consequência e atento à necessidade de produção de alimentos, o Governo Federal desenvolve medidas com o intuito de diminuir o esvaziamento do campo e ao mesmo tempo colonizar novas regiões do país. Por outro lado decresce a ênfase da colonização feita por contingentes imigratórios alienígenas, sendo acolhidas apenas em situações excepcionais e sob controle legal. Para atender às exigências que se fazem necessárias, o desenvolvimento da colonização agora executada por nacionais, o Governo reorganizou o processo colonizativo do Brasil, abrindo perspectivas de oportunidade espaciais capazes de suportar os excedentes populacionais. É a Colonização Planejada, posta em prática como uma alternativa para a ocupação da Região Amazônica, que será objeto deste estudo.

1.1. JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.

As considerações até aqui abordadas, por si s^o justificariam a relevância desse estudo, reforçada ainda pela preocupação do Governo no sentido de materializar sua intenção de colonização planejada através da criação de Órgãos especiais para implementação do processo colonizador. Por esta razão, aspiramos a que esta monografia possa oferecer algum modesto subsídio a todos aqueles que se interessem pelo assunto ou a ele estejam funcionalmente vinculados.

Como exame e perquirição de soluções, o relat^orio se delimitará ao estudo da colonização oficial da Transamazônica no exercício de 1970/74, tendo em vista ser este período um marco de referência, como consequência da ação planejada governamental, onde todos os esforços convergiriam em direção ao mesmo propósito, objetivando o sucesso da nova política de colonização no Brasil.

1.2. OBJETIVOS

A finalidade do presente trabalho é estudar a Colonização Oficial da Transamazônica como parte de um processo mais amplo de desenvolvimento planejado. Seus objetivos serão, assim, Geral e Específicos.

a - GERAL.

O objetivo geral do estudo visa a responder à seguinte indagação: Que causas levaram a Colonização Oficial da Transamazônica a constituir-se meta setorial de uma política de desenvolvimento planejado?

b - ESPECÍFICOS.

Os objetivos específicos a serem atingidos serão os que permitirão responder ao objetivo geral, ou seja:

- Pesquisar a história da colonização oficial brasileira;
- Identificar a situação da estrutura agrária no Brasil e suas possíveis distorções;
- Comentar os critérios adotados para o processo de desenvolvimento planejado e sua operacionalidade.

1.3. METODOLOGIA

O conteúdo de uma Dissertação exige, de quem a elabora, capacidade para a execução de um trabalho através de um criterioso embasamento científico pertinente.

Com base nesses critérios é que nos propomos a uma investigação científica que, segundo SALOMON (1977, p. 137), é o trabalho empreendido metodologicamente, quando surge um problema, para o qual se procura a solução adequada.

Para a investigação científica porém necessário se torna a elaboração de um relatório científico que SALVADOR (1970, p. 167) assim define: há dois tipos de relatórios científicos nos cursos de pós-graduação: a dissertação monográfica e a de tese doutoral. Ainda segundo SALVADOR (1970, p. 168) dissertação é um estudo recapitulativo em forma de exposição com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações relativas a um tema específico bem delimitado, organizando e interpretando os dados a ele referentes, de tal sorte que revele domínio da matéria e capacidade de sistematização, enquanto que a tese é entendida como um estudo original, envolvendo pesquisa propriamente dita, quer de ordem experimental, quer de ordem histórica ou filosófica, ... de um tema específico bem delimitado. Importa em contribuição real e original para o conhecimento do tema escolhido.

Tendo em vista que este trabalho se desenvolve a nível de dissertação e considerando que o objetivo da metodologia conforme orientação de KAPLAN (1972, p. 26), é convidar a ciência a especular e o convíte a interessar-se pelos problemas, a pesquisa será efetuada através de uma in

investigação, utilizando-se o modo estudo de caso que, segundo BRUYNE (1977, p. 224/25), reúne informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possíveis com vistas a apreender a totalidade de uma situação. Por isso ele recorre a técnicas de coleta de informações igualmente variadas (observações, entrevistas, documentos) e, aliás, frequentemente refinadas.

O desenvolvimento do trabalho será sob a forma descritiva, segundo a orientação expressa na afirmação de BRUYNE (1977, p. 222) de que tal modalidade de estudo consiste em descrever toda a complexidade de um caso concreto... Nessa perspectiva, a busca de informações dar-se-á por meio de exame detalhado em obras e documentos existentes sobre o assunto em estudo, ou seja pesquisa bibliográfica.

2.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COLONIZAÇÃO OFICIAL NO BRASIL.

A evolução histórica da colonização Oficial no Brasil, acompanhou os diferentes ciclos econômicos e políticos que se sucederam. Enquanto não foram encontradas atividades comerciais que despertassem para sua colonização, a Colônia assistiu, nos seus primeiros trinta anos, a um quase completo abandono por parte dos seus descobridores. Contudo, o assédio de outros povos à Terra de Santa Cruz levou Portugal a mudar a forma inicial de colonização e, assim, a partir de 1.530 surgem as primeiras expedições com o objetivo de implantar na colônia, núcleos de povoamento. É, então, a partir desse deslocamento de fluxos imigratórios, que se constata as diferentes prioridades ocorridas para efetivação da colonização oficial no Brasil durante os períodos de Colônia, Reino, Império e República, que serão analisados a seguir.

2.1. - BRASIL COLÔNIA - (1.500 - 1.815).

No século XV, Portugal apresentava pleno domínio da técnica da navegação e sua evolução é de forma invejável às demais nações. Além disso, sua estrutura econômica muito contribuiu para o empreendimento de sua expansão marítima e comercial. Diante, então, das condições que possuía e dadas as exigências de expansão comercial, eram formadas as frotas que se lançavam ao mar, em rumos até então desconhecidos, na expectativa de novas descobertas. Uma dessas frotas, sob o comando do fidalgo Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1.500, aportou em

nosso território - era o descobrimento do Brasil.

As primeiras expedições que aqui chegaram tinham caráter exploratório ou seja identificar possíveis riquezas. Assim, inicialmente, foi constatada a existência de grandes quantidades de "pau brasil", madeira utilizada na época para a indústria de tintas, mas, embora importante, só, por si, não justificava o deslocamento de frotas colonizadoras ao país recém-descoberto, razão por que para um povo que se entregava a um grande comércio marítimo, cujo lucro era a medida de suas aventuras, a solução natural encontrada foi a de quase abandono durante o período de 1.500 a 1.530, chamado, então, na sua cronologia, de período pré-colonizador¹.

Convém salientar que durante a vigência desse período o único fato que se identifica ao que diz respeito à colonização, foi a doação de uma ilha feita por D. Manoel a Fernão de Noronha, que mais tarde veio a ter seu nome. A Carta Régia de 3 de março de 1.522 confirma o ato de doação. Entretanto, não se tem notícias do envio de colonos para aquele lugar.

1 - Ver sobre o assunto Caio Prado Junior. *Evolução política do Brasil* São Paulo. Ed. Brasiliense 1971. p. 13/14.

Ficou, assim, a nova colônia quase abandonada e sem defesa, possibilitando a que outros povos comessem a frequentar o litoral, bem como explorar o pau-brasil de forma clandestina. Tais fatos levaram Portugal a preocupar-se mais com a colônia, ao mesmo tempo em que criava alternativas de explorações econômicas e consequentemente defensivas¹. Nesse sentido, foi enviada a primeira expedição colonizadora em 1.530 para aqui implantar núcleos de povoamento, o que deflagrara, por assim dizer, um processo colonizativo no Brasil². A partir daí e tendo a seu favor o acesso, no litoral, concentraram-se os primeiros imigrantes portugueses que iniciaram a colonização no solo brasileiro, pois, estando o litoral protegido, o inóspito sertão ficava seguro³.

Mais tarde, dada a dificuldade de se encontrar um meio capaz de agilizar o processo colonizador e tendo Portugal já experiências através do sistema de "Capitanias Hereditárias" em outras áreas, foi o litoral da colônia dividido em (quinze) lotes e entregues a doze donas

-
- 1 - Consultar Pandiã Calôgera. *Formação Histórica do Brasil*, 3^a ed. São Paulo. Ed. Nacional, 1.938. p. 11.
 - 2 - Ver a obra Hêlio Vianna. *História do Brasil*, 12 ed. São Paulo. Edições Melhoramento. 1.975. p. 56.
 - 3 - *Recorrer a Portugal. História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Hitografia Nacional. Porto. MCMXXIV. p. XXII:

tários. Contudo, no que diz respeito ao processo de colonização, essa experiência não mostrou os esperados resultados, embora atingisse os objetivos de preservar o sertão e evitar a fixação de outros povos estrangeiros, não portugueses no território brasileiro.

Em substituição às Capitânicas Hereditárias, e através da Carta Régia de 7 de janeiro de 1.547, D. João III aqui estabeleceu o "Governo Geral", reafirmando a necessidade de povoar as novas terras. Além disso, a introdução da cana-de-açúcar e a conseqüente instalação e multiplicação dos engenhos passaram a exigir de forma incessante a vinda de mais braços para a lavoura, determnando a utilização da força-de-trabalho africana, que aqui introduzida como escrava e como recurso para aquela finalidade não conseguida pelo elemento nativo que eram os indígenas. E, assim, por esse processo muitas áreas foram colonizadas, em ritmo crescente, já agora recebendo a integração dos que aqui nasciam¹.

No período de 1.580 a 1.640, nova lentidão volta a ocorrer na colonização da Colônia, tendo em vista Portugal perder sua independência para a Espanha. Entretanto, mesmo assim, algumas povoações foram criadas em diferentes partes do território, tais como: em Santa Ca

1 - Caio Prado Junior. *op. cit.* p. 23.

tarina, Pará e Maranhão, e principalmente a tentativa na Bahia e certo êxito com Pernambuco através da colonização holandesa. Após a retomada de sua independência, Portugal restringe a saída de braços de seu território, prejudicando o desenvolvimento da agricultura colonial, e surgindo conseqüentemente as chamadas entradas e bandeiras, que se destinavam à escravização do índio, e, com essa finalidade foram obtidos resultados absolutamente positivos para a interiorização da colonização neste período¹. Cumpre ainda salientar que outro fator muito importante que contribuisse para essa interiorização, foi o "ciclo do ouro" - (1.700 - 1.759), despontando como o principal responsável pela ocupação das Capitânicas das Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, do Pará, do Espírito Santo e das terras que vieram a formar os atuais Estados do Mato Grosso e de Goiás.

Durante os anos de 1.747 a 1.815 quando o país é elevado à categoria de Reino, constatam-se algumas medidas objetivando incentivar o processo de colonização. Assim é que em 1.747 através da Carta Régia de 24 de fevereiro foi autorizado o deslocamento de 4.000 (quatro mil) açorianos para Santa Catarina. Além disso, dois outros atos que beneficiaram a colonização ocorreram em 1.808, sendo um ato no dia 28 de janeiro e outro no dia

1 - Maurício Wellisch. *Legislação sobre estrangeiros*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1941. p. XXV.

25 de novembro. O primeiro, abre os portos às nações amigas, e o segundo autoriza a concessão de Sesmaria¹ aos estrangeiros residentes no país, numa visível demonstração de estimular a fixação de homens na Colônia.

A última Carta Régia no período colonial referente à colonização ocorre em 23 de setembro de 1.811, pela qual foram concedidas terras de sesmaria na capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul, onde foi criada uma colônia para irlandeses. Com ela encerra-se o processo de colonização, nesse período.

Assim, os trezentos e quinze anos que marcaram o período colonial direcionaram inicialmente a colonização para o litoral e, numa etapa posterior, a interiorização. No litoral a divisão inicial das terras ocorre pelas Capitânicas Hereditárias e no interior a colonização é estimulada pelo bom resultado da criação do gado e produção de açúcar. O que é importante salientar é que ambas conduzem à formação do latifúndio, que caracteriza o período, quando então se implanta no país um novo regime político, o Brasil Reino.

1 - Sesmaria era a forma jurídica de concessão para o aproveitamento de terras incultas, foi extinta pela Resolução de 17 de julho de 1.822.

2.2. - BRASIL REINO - (1.815 - 1.822).

Em 1.815, através do Decreto de 16 de dezembro o Brasil é elevado à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves até 1.822. E então se define o período áureo de nossa História Política e Administrativa: o Brasil torna-se independente. Nasce uma Pátria para os brasileiros. Iniciam-se, então, profundas inovações na política de colonização, Foi durante esse período que se iniciou a colonização dirigida, isto é, organizada e subsidiada pelo Estado para estrangeiros, não Portugueses irmanados aos súditos brasileiros, no ideal comum de devolver a Pátria que nascera naquela tarde, pelo destemor do príncipe português, coroado Imperador a 12 de outubro. Cumpre destacar que no período, a colonização foi incrementada preferencialmente por imigrantes suíços, italianos, poloneses e alemães.

2.3. - BRASIL IMPÉRIO - (1.822 - 1.889).

Com a Independência inicia-se uma nova fase na História do Brasil-Império, dividido em duas etapas distintas, o Primeiro e o Segundo Império, o que veremos a seguir: a evolução por que passou a luta pela colonização do Império do Brasil.

a - PRIMEIRO IMPÉRIO - (1.822 - 1.831)

A exemplo do Brasil Reino, foi bastante rápido o período do Primeiro Império, mas em tempo de surgir um fato novo que caracteriza a época através da colonização efetuada com alemães, que vão se estabelecer na Região Sul do país.

Nesse período, foram criados subsídios¹ por dois anos aos colonos alemães que fossem residir em Nova Friburgo. Era uma forma original de atrair colonos, acelerar a colonização e fixá-los em um determinado lugar².

Ao contrário do Sul, onde prosperara a colonização alemã, pois tinham os colonos a seu favor o clima, a do Nordeste fracassou. Assim sendo, em 1.831, ao encerrar-se o Primeiro Império pela abdicação de D. Pedro I, assiste-se a métodos inovadores, destacando-se a descentralização da colonização para as Províncias em geral.

1 - O subsídio concedido era de 160 reis diários por cabeça no primeiro ano e 80 reis no segundo - exceto crianças menores de três anos. Eram também concedidas viagens livres, direito de cidadãos brasileiros, tolerância de religião, dispensado do serviço militar e recebimento de animais. Em troca, não podiam vender seus lotes nos dez primeiros anos.

2 - Decreto de 20 de abril de 1.824.

Sendo o sucessor de D. Pedro I de menor idade, a partir de 1.831 o Brasil passou a ter um Governo Regencial que, em 1.837, criou a Sociedade Promotora de Colonização cujo fim era conseguir braços livres para a lavoura, tendo ainda a prerrogativa de conceder sesmaria e isenções a companhias particulares que desejassem cultivar as terras. Ao ser declarado de maioridade o Príncipe D. Pedro II, inicia-se o Segundo Império.

B - SEGUNDO IMPÉRIO - (1.840 - 1.889).

Dando prosseguimento aos métodos adotados pelos governos anteriores, a colonização continua sendo efetuada por meio de entradas de estrangeiros no território brasileiro. A demonstração mais relevante a respeito do assunto vem ocorrer somente em 1.848 quando a lei 514 de 28 de outubro concede às Províncias, seis léguas em quadra de terras devolutas¹ para fins de colonização. Estando as Províncias credenciadas a executarem a colonização, e possuindo áreas para tal fim, proliferaram as criações de colônias agrícolas.

Dessa forma, os anos que se sucederam registram a entrada no Brasil de elevado número de estrangeiros, principalmente alemães, que aceleraram substancialmente

¹ - São terras da União, pela primeira vez, fica definida do sua destinação.

a colonização. Entre todas as tentativas de colonização efetuadas por estrangeiros a chinesa foi a mais repelida pela opinião pública¹.

No campo institucional, a colonização teve significativos avanços, pois em 1.854 foi criada pelo Decreto 1.318, de 30 de janeiro, a Repartição Geral de Terras Públicas, incumbida de demarcar as terras, discriminar as do domínio público e tratar da colonização. Posteriormente, em 1.860 através de Decreto 1.067 de 28 de julho, nova ênfase é dada para o aperfeiçoamento organizacional, pois foi criada uma Secretaria de Estado nos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que passa a conduzir os assuntos referentes à colonização. Embora tivesse o nome de Secretaria, seu titular tinha os privilégios de Ministro, conforme art. 1º parágrafo 1. Finalmente, em 1.864 foi criada a Agência Oficial de Imigração, órgão específico para tratar de assuntos de entrada de estrangeiros no território.

A primeira preocupação para se efetuar a colonização com nacionais, ocorre em 1.858 através do Decreto 2.159 de 1º de maio, que na prática parece não surtir os efeitos necessários, pois nos anos seguintes, constata-se o mesmo ritmo de entrada de estrangeiros, entre os

1 - Ver Hêlio Vianna - *Op. cit.*, p. 517.

quais os de origem americana¹, asiática e polonesa, sendo que para atender a esta última foi autorizado a funcionar a Promotora de Colonização Polaca do Império, conforme o Decreto 3.575, de 30 de dezembro de 1.865².

Na colonização nenhum outro fato de maior relevância se registra nos anos subsequentes até a extinção do período imperial. Assim, nos sessenta e sete anos em que perdurou o Império, constata-se o esforço no sentido de conduzir de forma mais eficiente a política de colonização do território nacional. Identificam-se no período novas tentativas de colonização com imigrantes de diferentes nacionalidades, sendo a de maior progresso a realizada por alemães. Além disso, nessa conjugação de esforços, constata-se ainda a reestruturação institucional de forma a melhor atender à exigência das necessidades de mais braços para o meio rural. Desta forma, os trezentos e oitenta e nove aos que antecederam ao período Republicano, desenharam a tendência para a distribuição populacional e agrária do país, pois, conforme se verifica, todas as ações foram direcionadas para o litoral em primeiro lugar e posteriormente para o interior; em ambas

1 - Em 1.867 dão entrada no país 5.000 agricultores americanos.

2 - Durante a época foram autorizadas a criação de outras organizações que tinham sempre o mesmo objetivo, a de transportar colonos.

as situações a atração era o latifúndio, enquanto a introdução de colonos se destinava para o suprimento de braços para o grande proprietário ou para formação de colônias que incentivavam o minifúndio¹. Em 1.889, encerra-se o período Imperial e inicia-se o Republicano que veremos no item seguinte.

2.4. - BRASIL REPÚBLICA - (1.889 a nossos dias).

A partir do início do período Republicano a política de colonização acompanha as transformações estruturais da nova República. O grande desenvolvimento das lavouras e a abolição dos escravos em 1.888, contribuem para a necessidade de mais braços para a agricultura nacional, e a solução, a exemplo das anteriores, foi através da imigração estrangeira.

Se a solução para a dificuldade foi a mesma, a racionalidade que disciplinava sua operacionalidade surge de forma inovadora, pois os Decretos de 1.890 bem definem o novo comportamento e tratamento a serem executados nos assuntos pertinentes à colonização; assim é que o Decreto de nº 162 de 16 de janeiro tinha como objetivo principal resguardar o agricultor nacional, ou seja, disciplinava o acesso de colonos estrangeiros aos núcleos coloniais; outro Decreto, o de nº 528 de 28 de junho, re

1 - O tamanho dos lotes nas colônias eram de 25 ha.

gularizava a introdução bem como a localização dos imigrantes na República, Não menos importantes, foi o aprimoramento institucional, pois o Decreto de nº 603 de 26 junho reorganizou a estrutura da Inspetoria Geral das Terras e Colonização. Finalmente, o Decreto de nº 1.187 de 20 de dezembro, centralizou no Congresso Nacional a autorização para concessões de fundações de núcleos e novos contratos para introdução e imigrantes.

A partir de 24 de fevereiro de 1.891 data em que é promulgada a Constituição da República, o país ingressa no regime federativo. A exemplo do que ocorrera no Império, as terras devolutas são descentralizadas agora para os Estados. Nesse sentido, São Paulo¹ foi o Estado que mais estimulou a colonização em virtude da expansão da lavoura cafeeira, pois, sozinho, passou a absorver 67% do total dos imigrantes no ano de 1.897 e em 1.901 atinge o índice de 84%.

Até o ano de 1.911, continua a entrada de colonos² sem maiores dificuldades, apesar da existência de atos normativos nesse sentido; entretanto, a partir des

1 - Consulte a obra Wellisch Mauricio. Legislação sobre estrangeiros RJ. Imprensa Nacional 1.941.

2 - A respeito da colonização executada com Japoneses consulte a obra Saito Hiroshi. O Japonês no Brasil. 1.961.

se ano, conforme Decreto nº 9.081, de 3 de novembro, fica reservada nos núcleos coloniais uma quota de 30% dos lotes para os colonos nacionais.

No campo institucional foi grande o avanço ocorrido, pois pelo Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1.906, foi criada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Um ano após, ou seja em 1.907, pelo Decreto 6.479, de 16 de maio, foi criada a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, cuja atribuição principal era implantar núcleos coloniais¹. Em 1.909 seu nome foi mudado para Serviço Nacional de Povoamento². Continuando o aperfeiçoamento institucional, foi criado, em 1.930, o Ministério

1 - Cinco núcleos coloniais foram criados pelo Serviço de Povoamento a saber: Joinville e Rio Branco em Santa Catarina; Ivaí, Itatí, Castro e Vera Guarany no Paraná.

2 - Entre os núcleos coloniais implantados pelo Serviço Nacional de Povoamento destacam-se: João Pinheiro e Inconfidentes em Minas Gerais; Itatiaia e Visconde de Mauã no Estado do Rio; Monção e Bandeirantes em São Paulo; Rui Barbosa na Bahia; Chevalândia no Pará e Marques de Abrantes no Paraná.

da Agricultura¹, porém os assuntos pertinentes à colonização permaneceram na área do Ministério da Indústria e do Comércio até 1.934².

Após os acontecimentos decorrentes da I Grande Guerra, em que houve problemas entre nacionais e as colônias alemães, inicia-se o declínio da entrada de estrangeiros até que, o assunto passa a ser matéria da Constituição de 1.934 que limita o acesso de imigrantes em uma cota de 2% ao ano do total dos respectivos nacionais fixados no país durante os últimos cinquenta anos.

Entre outras razões para que o Governo dificultasse a imigração de qualquer origem e sem limites quantitativos é que a mesma não representava os interesses de ordem econômica, ética e política, bem como não estava confirmada que a entrada de estrangeiros tinha por objetivo

1 - Foi criado pelo Decreto nº 19.448 de 3.12.1930. No Ministério da Agricultura foram criados dois órgãos para tratarem do assunto de colonização, sendo o primeiro em 1.934 quando o Decreto nº 24.464-A de 26 de junho criou o Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização e o segundo em 1.938 quando o Decreto-Lei nº 406 de 4 de abril criou o Conselho de Irrigação e Colonização.

2 - A transferência dos assuntos pertinentes passam para o Ministério da Agricultura por força do Decreto nº 23.979. de 8 de março de 1.934.

vos a dedicação à agricultura¹.

Enquanto os atos do Império não deram a resposta esperada a respeito da entrada de estrangeiros, agora parece ter atingido o objetivo, pois é enorme o declínio e o assunto passa a ser absolutamente controlado e muito mais ainda depois da II Grande Guerra.

Conforme se observa, os assuntos referentes à colonização sempre estiveram subordinados a instituições que apresentavam outros objetivos; e somente a partir de 1.954 tem-se a primeira estrutura organizacional dotada de um corpo técnico, administrativo e jurídico para tratar exclusivamente dos assuntos de imigração e colonização do país. Para tanto, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização - INIC - que se limitou, entretanto, a implantar alguns núcleos de colonização no Nordeste².

1 - Sobre o assunto ver Hêlio Vianna, - Op. cit. p. 612/613.

2 - Foi criado pela Lei nº 2.163 de 5 de janeiro de 1954, sendo extinto os demais órgãos que tratavam dos assuntos. Implantou durante sua vigência os seguintes núcleos coloniais: Pium e Marcolino Dantas no Rio Grande do Norte; Rio Bonito em Pernambuco; David Caldas no Piauí, Pio XII no Ceará e Porto Seguro na Bahia.

Em 1.962, ocorre nova mudança. Foi extinto o INIC e criada a Superintendência de Política Agrária - SUPRA¹, que, diga-se, foi de curta duração, pois em 1.964, com o advento da Lei 4.504, de 30 de novembro - Estatuto da Terra, foram criados dois órgãos para tratarem do assunto: O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, com vinculação à Presidência da República e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, vinculado ao Ministério da Agricultura, sendo então extinta a SUPRA.

Conforme o Regimento Interno do INDA, aprovado pela Portaria Ministerial de 03 de março de 1.966, os assuntos pertinentes à colonização ficaram sob a responsabilidade do Departamento de Colonização - DC que, segundo o artigo 55, tinha por finalidade a "orientação, normalização, planificação, coordenação, execução e controle das atividades substantivas do INDA, no campo de colonização, pela seleção, recepção, distribuição e fixação de imigrantes, criação de núcleos e registro de Projetos de colonização, de loteamento para urbanização e de cadastro das entidades públicas e privadas colonizadoras, com os respectivos núcleos".

1 - Criada pela Lei Delegada nº 11 de 11 de outubro de 1.962. Sua grande realização foi a criação do Núcleo Alexandre de Gusmão em Brasília - DF e a entrega de alguns títulos de propriedades de terra.

Coube assim ao IBRA, na forma do Regimento Interno do Departamento de Organização de Núcleos - DN, aprovado pela Portaria Ministerial nº 90, de 7 de dezembro de 1.966, Órgão com atribuição de operacionalizar a colonização e nele conforme o previsto em seu artigo 2º, destacam-se entre outras atribuições as seguintes: *promoção da colonização nas Áreas Prioritárias¹ de Reforma Agrária ou, mediante convênio com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, em terras situadas fora daquelas áreas; exame e parecer, quanto à metodologia e registro dos Projetos de colonização...; incentivo, nos Distritos de colonização...*

A principal diferença entre as atribuições dos Órgãos era que caberia ao IBRA atuar em áreas consideradas prioritárias para fins de Reforma Agrária e ao INDA nas áreas não prioritárias. Ambos os órgãos foram extintos pelo Decreto 1.110 de 9 de julho de 1.970, sendo criado então o Instituto Nacional de Colonização e Reforma

1 - Áreas prioritárias eram definidas por Decretos. No período de 1.964 a 1.970 foram selecionados 5 áreas a saber 1º Nordeste nos Estados de PE e PB; 2º Brasília todo o DF e alguns municípios de MG e GO; 3º Rio de Janeiro parte da área rural da GB e alguns municípios de MG e SP; 4º Rio Grande do Sul todo o Estado e 5º Ceará todo o Estado.

Agrária - INCRA, que assume¹ as atribuições dos dois Ór
gãos e passe a conduzir a política de colonização. Atual
mente o INCRA é vinculado ao Ministro Extraordinário pa
ra Assuntos Fundiários e apresenta hoje 43 projetos de co
lonização em operação.

Até a decisão governamental de abrir, na selva
a Transamazônica e incentivar a colonização da Amazônia,
área de grandes espaços vazios e portanto em condições de
absorver elevado número de excedentes populacionais de
outras regiões quer pelo processo espontâneo ou dirigida,
identifica-se que os Governos anteriores se preocuparam
tão somente de facilitar ou não o acesso de estrangeiros
no território pátrio e, quando muito procuraram amparar o
agricultor nacional, concedendo-lhe percentuais nos nú
cleos coloniais. Entretanto, não se identifica nenhuma me
dda capaz de mudar ou alterar a tendência da formação da
estrutura agrária já sedimentada no processo de coloniza
ção, posta em prática desde o Brasil Colônia.

Isto exposto, passaremos a analisar no próximo
capítulo as Formas de Colonização Oficial no Brasil.

1 - Assumia também a condução de 23 núcleos coloniais do
ex-INDA e 14 do ex-IBRA.

3.

FORMAS DE COLONIZAÇÃO OFICIAL
NO BRASIL

Do que se depara nos capítulos antecedentes constata-se que a colonização brasileira transcorreu inicialmente através da imigração dirigida ou espontânea, para depois operacioná-la por meio de nacionais, identificados como excedentes quer nos centros urbanos quer nos rurais. Vê-se então que, a Colonização Oficial no Brasil, constitui-se fundamentalmente de duas formas: a Colonização Dirigida e a Espontânea executada com brasileiros e a Colonização efetuada através da Imigração quer seja Dirigida ou Espontânea. Ambas as formas serão revistas a seguir como também os diferentes métodos operacionais.

3.1. - COLONIZAÇÃO OFICIAL DIRIGIDA OU ESPONTA NEA.

Na forma da Legislação vigente, entende-se por Colonização toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agro-industriais através da divisão de lotes ou parcelas¹. Pelo exposto, pode-se con

1 - Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1.966, art.

cluír que Colonização Oficial é uma atividade desenvolvida por entidade pública, quer seja Federal, Estadual ou Municipal, objetivando a ocupação racional de áreas vazias ou de baixa densidade demográfica, através de um Projeto¹ de Colonização, mediante a prévia elaboração de um projeto técnico². Desta forma, a Colonização Oficial é executada de duas formas: Dirigida ou Espontânea.

a - DIRIGIDA.

Entende-se por Colonização Oficial Dirigida³, uma ação planejada por uma entidade governamental com o fim de direcionar correntes migratórias de lugares com excedentes populacionais para outras de baixa densidade

1 - A denominação legal é Núcleo de Colonização conforme o art. 8º do Decreto 59.428.

2 - Instrumento de Planejamento, onde são previstos, objetivos e metas a serem atingidas. Infelizmente são poucos os Projetos de Colonização que possuem o Projeto Técnico. Como substituto imediato apresenta-se um documento anual denominado Programação Operacional.

3 - Sobre o assunto consultar a obra Vânia Porto Tavares "et alii". Colonização Dirigida no Brasil, suas possibilidades na Região Amazônica. IPEA/INPES. Rio de Janeiro. 1.972; ou ainda Darcy da Silva. Colonização e Zonas pioneiras. In: Associação dos Geógrafos do Brasil. São Paulo. 1.973. Anais. p. 197.

demográfica, previamente preparadas para recebê-los. Neste caso, as despesas ocasionadas pelas transferências das famílias são de responsabilidade do Órgão executor¹.

Do exposto, pode-se concluir que o objetivo principal do processo é evitar os deslocamentos no sentido Rural/Urbano; reduzir as tensões sociais rurais ou urbanas, proporcionando assim uma melhor distribuição da população e ao mesmo tempo contribuir para a expansão da fronteira agrícola. Foi por esse processo que se preconizou a colonização oficial da Transamazônica.

b - ESPONTÂNEA.

Entende-se por colonização espontânea os deslocamentos realizados de forma livre, isto é, sem qualquer gestão governamental. É uma tomada de decisão ocasionada principalmente por fatores econômicos². Há também que se

1 - Recorrer a Hebett e Marin, *Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais*, In *Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação*. IPEA/INPES. Rio de Janeiro. 1.979.

2 - Outros fatores contribuem para provocarem os deslocamentos, como sejam: políticos e religiosos. As obras citada na abordagem de colonização dirigida relatam o assunto com bastante profundidade.

rem consideradas como motivadoras de evasão populacional as modificações da estrutura agrária quando originam mini fúndios ou latifúndios.

Esta tem sido a forma de ocupação marginal e de sordenado das rodovias recém abertas, onde se desenvolvem grupos comunitários de diferentes tipos e interesses e pas sam a uma convivência fora dos padrões e valores convencio nais da sociedade. Para estes casos, medidas disciplinado ras de toda ordem passam a exigir uma ação governamental, que já chega de forma retardatária.

A solução tem sido a implantação de Projetos de Colonização que, diante das circunstâncias, ficam impos sibilitados de acudir os pre-requisitos indispensáveis pa ra sua criação, como sejam: próximos a grandes centros, fã cil acesso e outros¹. Fatores dessa ordem têm contribuído significativamente para dificultar os êxitos esperados pe lo processo da colonização, sendo o grande responsável pe la inadaptação das famílias a área e os insucessos na pro dução agrícola.

1 - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1.964. Art. 56.

3.2. - IMIGRAÇÃO PARA A COLONIZAÇÃO DIRIGIDA OU ESPONTÂNEA.

Imigração é a entrada de um indivíduo, família ou grupos de pessoas, em um país estrangeiro para nele se estabelecer. Desta forma, poderá fixar-se nos diversos setores da economia do país acolhedor. No presente enfoque será objeto o setor primário. Foi o método empregado para a colonização do Brasil até 1.930¹.

A partir da legislação² que disciplinou o processo da imigração para a Colonização ao meio rural ficou obrigatório que nos núcleos a que se destinam os imigrantes houvesse a participação de 30% de colonos nacionais e o restante distribuído até 25% aos de outras nacionalidades³. Para tanto, o imigrante, deveria comprovar sua condição de agricultor, mediante atestado firmado pela autoridade competente do país de origem e não poderia dedicar-se a outra atividade.

Atualmente, o órgão responsável pela coordenação da imigração para a colonização é o Conselho Nacional de

1 - O assunto já foi motivo do 2º capítulo desta monografia.

2 - Decreto-Lei nº 7.967, de 18/09/45.

3 - _____ artigo 50.

Imigração¹. Sua execução é efetuada de forma Espontânea ou Dirigida, mediante a participação de empresas para referidos fins².

a - IMIGRAÇÃO ESPONTÂNEA.

É aquela realizada por iniciativa do imigrante, recaíndo sobre si as despesas decorrentes com seu deslocamento. A entrada de pessoas nessa categoria é feita por meio de quotas, não podendo exceder a 2% (dois por cento) do total dos imigrantes ingressados no país durante o período entre 01/01/1.884 a 31/12/1.933. Nesse sentido o Brasil possui acordos assinados com a Itália, Japão e Espanha.

b - IMIGRAÇÃO DIRIGIDA.

Quando são programadas previamente pelo poder público, empresa ou particular para a introdução dos imigrantes, hospedando-os e os conduzindo a suas parcelas. Nessa modalidade de colonização³, o Brasil possui acordos assinados com os Países-Baixos, Itália, Japão e Espanha,

1 - Lei nº 6.815 de 19.08.1.980.

2 - Artigo 40 do Decreto-Lei nº 7.967/45.

3 - A imigração para a colonização deve preferencialmente recaírem sobre famílias de 03 pessoas na faixa etãria de 15 a 50 anos de idade.

3.3. MÉTODOS OPERACIONAIS DE COLONIZAÇÃO OFICIAL.

As áreas onde se localizavam os imigrantes foram inicialmente denominadas de Colônias Agrícolas. Ainda com este nome foi efetuada a colonização com nacionais. Entretanto, com o advento da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1.964, passou-se a chamar de Núcleo de Colonização¹ como sendo a unidade básica, caracterizada por um conjunto de parcelas integradas e que possua uma sede administrativa e serviços comunitários. A implantação de três ou mais Núcleos dá origem a um Distrito de Colonização. Atualmente, são chamados de Projetos e apresentam diversificações, como sejam:

- Projeto de Colonização,
- Projeto de Assentamento,
- Projeto de Assentamento Dirigido,
- Projeto de Assentamento Rápido,
- Projeto de Assentamento Conjunto,
- Projeto Especial de Assentamento,
- Projeto Especial de Colonização, e
- Projeto Integrado de Colonização.

1 - Artigo 67 da Lei 4.504. Na forma do Decreto 59.428/66 Art. 8º que regulamentou o artigo 67, o Núcleo de Colonização é entendido como sendo a unidade fundamental para o estabelecimento de agricultores... .

Conforme pode-se observar, são oito os métodos operacionais de Colonização Oficial, porém, fora o Núcleo de Colonização, que tem sua definição prevista na legislação e que se encontra em desuso operacional, dos demais, durante a pesquisa não se identificam definições que os diferenciem. Na ausência de definições técnicas ou legais que conduzam a uma melhor interpretação e compreensão dos Projetos relacionados, estabeleceremos um entendimento para cada método operacional, a partir de definição legal de colonização¹.

Assim sendo, torna-se necessário inicialmente, diferenciar-se Colonização, de Assentamento. Enquanto a colonização é executada em áreas vazias ou de baixa densidade demográfica, exigindo a tarefa de assentamento de famílias, no Assentamento, esta tarefa já ocorreu pelo processo natural. Logo, no primeiro caso tem-se uma ação planejada e coordenada e no segundo uma ação espontânea exigindo um disciplinamento. Ambos conduzem à Reforma Agrária, desde que a área para a implantação de Projeto seja adquirida pelo processo de desapropriação.

Pelo exposto, identifica-se uma imperfeição para a denominação Projeto de Assentamento Dirigido, e

1 - Assunto abordado no item 3.1 da presente monografia.

quanto aos demais pode-se concluir que os termos comple
mentares expressam fatores que deram origem ao Projeto de
vidamente compatibilizado na operacionalidade executiva,
de acordo com os interesses institucionais e racionalida
de técnica. Desta forma, pode-se entender como sendo:

- Conjunto, quando existe a participação de ou
tra organização institucional que contribui direta ou in
diretamente na execução do Projeto;

- Especial, quando algum evento especial exige a
criação do Projeto, como, por exemplo, a construção de
barragens¹.

- Rápido, como o próprio nome define, é uma ação
de curta duração, e implantado com pequena infra-estrutu
ra, modificando ligeiramente a situação original da ocupa
ção.

1 - A exemplo do que ocorre nos Projetos de Assentamen
tos, nestes os parceleiros não passam pelo proces
so de seleção e sim pela identificação. Na forma
do art. 59 da Lei nº 4.504 de 30.11.64 a denomina
ção especial se destina o núcleos em áreas de fron
teira.

- Integrado, quando se executam diferentes segmentos¹. Apesar de estar em desuso é o mais completo dos Projetos, sendo o único a possuir critérios técnicos de finidos para a elaboração da Programação Operacional Anual.

Foi por meio deste último método operacional que se efetuou a experiência de colonização dirigida da Transamazônica, pela qual se testou o modelo de urbanização rural hierarquizada e independente que foi chamado de Agrovila, Agrópolis e Rurópolis, assim entendidas².

- Agrovila, é o menor centro de integração da comunidade Urbana-Rural, compondo-se de 50 famílias, compreendendo essencialmente os serviços de ensino primário, pequeno posto de serviço de saúde e pequeno comércio, apresentando uma distância de 5 a 10 Km da agrópolis;

1 - Nestes projetos são executados 12 programas a saber: Distribuição de Terras, Organização Territorial, Administração do Projeto, Assentamento, Unidades Agrícolas, Infra-estrutura Física, Educação, Saúde e Previdência Social, Habitação Rural, Empresa Cooperativa, Crédito e Comercialização.

2 - Recorrer à obra BRASIL. INCRA. Urbanização Rural. op. cit. seu Autor foi o arquiteto Cunha Camargo.

- Agrópolis, constitui um centro de segunda grandeza, polarizando em torno de aproximadamente 20 agrovilas, possuindo um centro administrativo dos órgãos públicos. Sua implantação estava prevista a cada 40 Km.

- Rurópolis, é o centro de integração microrregional da comunidade, formado pelas agrovilas e agrópolis, de vida urbana mais intensa, associada ao desenvolvimento de atividades industriais e de serviço. Estava prevista sua implantação a cada 140 Km.

São estes, os métodos operacionais de Colonização Oficial, ora postos em prática pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Órgão responsável pela execução da Política de Colonização e Reforma Agrária do Brasil.

Em continuidade a proposta do estudo, analisaremos no próximo capítulo Alguns Aspectos da Estrutura Agrária Brasileira.

4.

ALGUNS ASPECTOS DA ESTRUTURA
AGRÁRIA BRASILEIRA

A estrutura agrária de uma nação é determinada pela forma como ocorreu a ocupação de suas terras. A ocupação territorial brasileira deu-se inicialmente graças às atividades extrativistas e posteriormente às grandes lavouras de culturas para produtos exportáveis - monocultura, ou atividades agropecuárias que exigiam áreas enormes. No Brasil, o critério adotado para a concessão de áreas foi discriminatório, haja vista a exigência de posse de recursos e escravos¹. Por esta razão, foi beneficiada a classe dos grandes proprietários rurais, atraídos pelas disponibilidades de terras existentes.

Sendo a propriedade da terra um privilégio de poucos e tendo estes o poder de decisão, ficou grande parte da população eliminada de qualquer participação dentro da estrutura agrária-sócio-econômica. Diante desse quadro, duas alternativas se identificam para as classes não privilegiadas: tornarem-se assalariadas ou transformarem-se em pequenos agricultores, produzindo policulturas de consumo para a classe dominante.

1 - Sobre o assunto ver Werneck Sodré. *Formação Histórica do Brasil*. Ed. Brasiliense. 1.967, p. 69.

Vê-se então que, a estrutura agrária brasileira se desenvolveu pelo interesse comercial português orientado pelas necessidades do mercado consumidor europeu. E os ciclos econômicos que se sucederam pouco contribuíram para alterar as estruturas iniciais.

Após a segunda guerra, a substituição de importação foi a estratégia escolhida para transformar o Brasil em uma sociedade urbanizada e desenvolvida. A implantação de pólos industriais periféricos aos centros maiores e conseqüente oferta de empregos estimula os fluxos migratórios principalmente no sentido Rural/Urano. Como conseqüência dessa distorção agrava-se o desequilíbrio regional¹. É o que será analisado nos itens seguintes: alguns aspectos da estrutura agrária brasileira.

4.1. - CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS.

O primeiro cadastramento de Imóveis Rurais, foi realizado pelo extinto Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA em 1.965/66. Introduzindo novas técnicas,

1 - Consultar Pasquele Petrone. *Perspectiva da Colonização no Brasil*, in: *Associação dos Geógrafos do Brasil*. São Paulo. 1.973. Anais. p. 57.

foi realizado em 1.972, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA novo censo agrário, o que se chamou de Recadastramento. Dada a múltipla diversidade de dados a que ambos chegaram, utilizar-se-ão apenas alguns considerados importantes para o presente estudo.

Para que se compreenda melhor a complexidade da situação dos imóveis rurais, torna-se necessário conceituá-los segundo a legislação vigente¹. Assim é que entende-se por imóvel rural como sendo o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização. Quanto a sua classificação, os imóveis rurais dividem-se em quatro categorias a saber: minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão.

O critério adotado para a classificação teve por base o módulo rural² que corresponde à propriedade familiar que é o imóvel rural, direta e pessoalmente explora

1 - As conceituações aqui reportadas referem-se ao conteúdo na Lei 4.504 de 30.11.64. Estatuto da Terra.

2 - É a unidade de medida em hectare fixada para cada região e por tipo de exploração.

do pelo agricultor e sua família, e lhes absorve toda a força-de-trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico.

Com base ainda na legislação que disciplina a matéria, entende-se por minifúndio o imóvel rural com área inferior a um módulo; latifúndio por dimensão é o imóvel rural com área superior a 600 módulos; latifúndio por exploração o imóvel rural que, mantidos os mesmos direitos de empresa rural, seja mantido inexplorado ou inadequadamente explorado e empresa rural o imóvel rural explorado racionalmente que tenha área de até 600 vezes a de um módulo familiar.

Da conceituação exposta pode-se concluir que a idéia fundamental da questão é a necessidade da existência de "uma área ideal para subsistência de um conjunto familiar" em função da atividade a ser exercida, compatibilizado com a predominância tradicional da região, associada a um nível de tecnologia a ser empregada, ou seja, o critério da racionalidade a ser usada no imóvel rural, de finidor de sua categoria.

Por ocasião da tomada de decisão do Governo Federal em conduzir a política de colonização na Amazônia através da implantação da Rodovia Transamazônia, os dados estatísticos disponíveis eram os do Censo Demográfico e

Agropecuário obtidos em 1.960, bem como os que dizem respeito à estrutura agrária eram do Cadastramento de Imóveis Rurais realizado em 1.965/66¹. Entretanto, além de serem utilizados os dados acima relacionados, recorreu-se também ao Recadastramento de Imóveis Rurais² realizado em 1.972, uma vez que a operacionalidade de política de colonização ainda não influenciara nos resultados adquiridos, haja vista seu início ter ocorrido no idos de 70/71.

Pelo exposto, iniciaremos demonstrando a situação em que se encontravam os imóveis rurais segundo sua classificação por região do país.

QUADRO Nº 01 - Situação em 1.965/66

CATEGORIA	REGIÕES					TOTAL %
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	
MINIFÚNDIO	1,70	21,67	30,92	42,38	3,33	100
EMPRESA RURAL	1,02	7,88	27,27	59,79	4,04	100
LAT. EXPLORAÇÃO	3,79	17,71	30,60	35,80	12,10	100
LAT. DIMENSÃO	22,93	6,09	10,40	11,48	49,10	100

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico 1969 - Apud IBRA - 1.967

1 - Veja Brasil. IBRA. A Estrutura Agrária Brasileira. Rio de Janeiro. 1.967.

2 - Consultar Brasil. INCRA. Estatísticas Cadastrais - 1. Brasília. 1.974.

Ao se realizar o recadastramento em 1.972, a distribuição dos imóveis rurais apresentava uma posição, conforme indica o quadro nº 02.

QUADRO Nº 02 - Situação em 1.972

CATEGORIA	REGIÃO					TOTAL %
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	
MINIFÚNDIO	2,08	32,58	23,76	37,62	3,96	100
EMPRESA RURAL	0,81	8,88	42,04	40,81	7,46	100
LAT. EXPLORAÇÃO	2,61	24,19	33,18	27,35	12,67	100
LAT. DIMENSÃO	12,57	21,71	19,43	10,86	35,43	100

Fonte: Estatísticas Cadastrais - INCRA - 1974.

Tomando-se como referência o quadro nº 01, ao se analisar o quadro nº 02 identificam-se ligeiras alterações, sem descaracterizar a predominância do minifúndio para a Região Sul que atingiu o maior índice na ordem de 37,62%, compreendendo apenas 6,79% do território nacional, ou seja, a menor região e possuindo 17,71% da população nacional¹. A segunda região a apresentar elevados índices de minifúndio foi a Região Nordeste que apresentou 32,58% em uma área de equivalente a 18,19% e com uma popu

1 - Os percentuais das populações foram extraídos do Censo Demográfico de 1.970, data que coincide com o início do Programa da Colonização da Transamazônica.

lação de 30,18%. Enquanto isso, a Região Norte que ocupa 42,07% da área total do país apresentava apenas 2,08% de minifúndio com uma população de 3,87%, quanto às demais categorias os índices apresentados não constituem preocupação.

Quanto à Região Sudeste, a mesma apresentava o maior índice na categoria de empresa rural, 42,04% o que expressa a boa racionalidade de exploração; em contrapartida, preocupam os percentuais quanto ao latifúndio por exploração e por dimensão, que se encontravam na ordem de 33,18% e 19,43% respectivamente. No que diz respeito à área, ocupa 10,87% e sua população era de 42,79%, a maior densidade demográfica do país. Finalmente, ao examinar a Região Centro-Oeste, verifica-se que a mesma se destaca por apresentar 35,43% de suas áreas ocupadas por latifúndio por dimensão, enquanto sua área total é de 22,08% e acomodando apenas 5,45% da população nacional.

Para melhor compreender-se as distorções da estrutura agrária brasileira, faz-se necessário demonstrar as categorias de imóveis rurais e suas respectivas áreas

cadastradas; conforme quadro nº 03.

QUADRO Nº 03 - Situação em 1.965/66 - Brasil

CATEGORIA	IMÓVEIS		ÁREA CADASTRADAS	
	CADASTRADOS	%	TOTAL (Ha)	%
MINIFÚNDIO	2.759.015	75,82	45.509.173	13,00
EMPRESA RURAL	86.256	2,37	16.459.639	4,71
LAT. EXPLORAÇÃO	793.381	21,80	275.247.538	76,00
LAT. DIMENSÃO	279	0,01	22.887.972	6,29
TOTAIS	3.638.931	100,0	350.103.322	100,0

Fonte: IBGE: Anuário Estatístico do Brasil 1.969 apud Ca
dastro Rural - IBRA 1.967.

A exemplo da comparação realizada nos quadros 01 e 02, elaboramos o quadro nº 04 para compararmos com o quadro nº 03.

QUADRO Nº 04 - Situação em 1.972 - Brasil

CATEGORIA	IMÓVEIS		ÁREA CADASTRADA	
	CADASTRADOS	%	TOTAL (Ha)	%
MINIFÚNDIO	2.437.001	71,95	46.276.871	12,50
EMPRESA RURAL	162.802	4,80	35.967.465	9,72
LAT. EXPLORAÇÃO	787.195	23,24	270.051.472	72,92
LAT. DIMENSÃO	175	0,01	17.979.378	4,86
TOTAIS	3.387.173	100,0	370.075.184	100,0

Fonte: Estatísticas Cadastrais/1 - INCRA 1.974

Ao se examinar os números contidos nos quadros 03 e 04 e sendo o minifúndio por definição o imóvel em área inferior ao módulo da região, daí constituir-se em grande preocupação para o Governo Federal, parece indicar uma melhoria da situação; entretanto, sua redução quantitativa - 1,2%, deve-se a mudanças de critérios para o recadastramento, uma vez que os imóveis menores de 0,5 ha na zona rural e superior a 2 ha na zona urbana que possuam produção agrícola comercializada foram excluídos. Outro dado que motiva maiores cuidados, ainda na categoria de minifúndio, é que apesar de o número de imóveis ter-se reduzido, houve ao mesmo tempo um acréscimo no total da área cadastrada, na ordem 5,71%.

A partir dos quadros elaborados como também de posse dos dados obtidos pelos censos que ora servem de fonte para o presente estudo, torna-se possível confeccionar uma série de outros quadros, que serviria apenas para reforçar os diferentes desequilíbrios ou desigualdades da estrutura agrária nacional, porém, apenas a título de melhor esclarecer a situação do minifúndio, o quadro nº 05 demonstra o tamanho do imóvel em relação ao número de imóveis e à área total cadastrada.

QUADRO Nº 05 - Situação em 1.972 - Brasil

TAMANHO (Ha)	Nº IMÓVEIS	ÁREA TOTAL %
MENOR DE 10	1.041.090	42,72
MAIOR DE 10 E MENOR DE 50	1.233.693	50,62
OUTROS	162.218	6,66
TOTAIS	2.437.001	100,0

Fonte: Estatísticas Cadastrais/1 - INCRA - 1.974.

Conforme fica demonstrado, constata-se que aproximadamente 43% correspondem a minifúndios com áreas inferiores a 10 hectares e quase 51% de imóveis menores do que 50 hectares ou ainda 93% com dimensão até 50 ha.

Diante do exposto e sabendo-se que por definição o minifúndio não atende às necessidades básicas de sobrevivência de um conjunto familiar, face a incapacidade produtiva limitada à área disponível para produção, e diante da impossibilidade de oportunidades principalmente de acesso para deslocamento aos espaços vazios ainda existentes, a tendência natural seria o agravamento da situação. Identifica-se, assim, mais uma razão para a inteligente decisão governamental de decidir pela Política de Integra

ção Nacional, na qual objetivava desviar os fluxos migrat^orios para a região Amazônica, através de uma coloniza^oção inicialmente dirigida.

Dando continuidade à identificação de alguns as^{pe}ctos da estrutura agrária brasileira, analisar-se-á co^{mo} se encontrava a ocupação dos imóveis rurais segundo a sua situação jurídica.

4.2. - FORMAS JURÍDICAS DE OCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS.

Entre as diferentes variáveis que contribuem pa^{ra} uma melhor exploração das áreas rurais, destaca-se, pe^{la} sua importância, a situação jurídica dos ocupantes de imóveis rurais. Segundo o Manual de Preenchimento de Ca^{da}stro Rural¹, sua classificação é em número de três, a saber: proprietário, titular do direito real e titular de posse.

Entende-se por proprietário quando o ocupante possui escritura de compra e venda definitiva registrada no livro 3 do Cartório de Registro de Imóveis; titular de

1 - Brasil. INCRA. Manual de Preenchimento de Cadastro Ru^{ral}. Brasília. 1.972. p. 12.

direito real quando possui uma escritura de promessa de compra e venda, registrada no livro 4 do Cartório de Registro de Imóveis e ocupa o imóvel na condição de enfiteuta, usufrutuário ou titular da servidão; titular da posse quando possui uma escritura de compra e venda não registrada no livro 4 do Cartório de Registro de Imóveis, ou ocupa o imóvel sem qualquer documento.

A forma de colonização que se operacionalizou no território nacional, a divisão em capitanias hereditárias, a fase sesmarial e a introdução de lavouras tipo monocultura ou outras atividades agropecuárias, todas contribuíram para a formação da situação jurídica dos ocupantes dos imóveis rurais.

Recorrendo a dados obtidos pelo recadastramento¹, demonstra-se no quadro nº 06 a situação em que se encontravam em 1.972.

1 - Brasil. INCRA. Estatísticas Cadastrais. Op. cit.

QUADRO Nº 06 - Situação Jurídica dos imóveis em 1.972 - Brasil

CATEGORIA DOS	TOTAL DE	IMÓVEIS			SOMA DAS	ÁREAS	
		IMÓVEIS	PROPRIE	TITULARES			TITULÁ
		TÁRIO	DE DIREI-	RES DA	(ha)	REGIS	POSSE
		TO REAL	POSSE			TRADAS	
MINIFONDIÓ	1.813.826	1.320.764	45.316	522.916	34.181.944	25.853.764	8.328.179
EMPRESA RURAL	119.949	111.174	4.285	14.242	25.883.676	24.338.264	1.545.412
LAT. EXPLORAÇÃO	577.171	483.103	19.910	117.430	193.567.907	163.633.315	29.934.592
LAT. DIMENSÃO	108	88	10	27	9.937.577	8.070.648	1.866.929
T O T A L *	2.511.054	1.915.129	69.521	654.615	263.571.104	221.895.991	41.675.112

Fonte: Estatísticas Cadastrais - I - INCRA 1.974

*Estão excluídos os imóveis inconsistentes, ou seja, aqueles que por alguma razão impedem sua computação.

Do extrato, pode-se concluir que dos totais dos imóveis na categoria de minifúndio a situação Jurídica dos titulares da posse atinge a 28,8%. Ainda na condição de posse o número de imóveis atinge a quase 655 mil, o que corresponde a 26,1% dos imóveis cadastrados, localizados em uma área de 13,0% do universo conhecido.

Quanto ao total dos imóveis, destaca-se também o índice apresentado na categoria de latifúndio por exploração que chega a 23%, sendo que 20,3% possuem situação indefinida, qual seja a de titular da posse e ocupam uma área de aproximadamente 194 milhões de hectares, igual a 62,1% do total cadastrado.

A exemplo dos desequilíbrios identificados quanto à distribuição dos imóveis segundo sua categoria, não menos diferentes apresenta-se a situação jurídica dos ocupantes dos imóveis rurais, pois sendo exigência legal a titulação da terra um veículo que conduz ao crédito agrícola, pode-se constatar que esta variável não participa no processo produtivo do posseiro, ficando assim restrita a sua capacidade de produção a dois fatores que são terra e trabalho.

A julgar pelos dados conhecidos, o quadro constitui-se motivos de preocupações quando se constata cada

vez mais a incidência de tensões sociais rurais ocasionadas por disputas pela posse da terra, dada a incerteza de seu proprietário. Nesse sentido o processo da colonização apresenta-se como uma alternativa no momento em que sua capacidade de absorção de excedentes rurícolas podem ser aproveitados nos Projetos de Colonização Oficial, evitando assim conseqüências imprevisíveis à que o problema conduz.

4.3. - OUTROS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA.

A estrutura fundiária de uma nação é o resultado da história de como ocorreu sua colonização, os ciclos econômicos que se sucederam e as transformações políticas e econômicas postas em prática, de modo a viabilizar a distribuição equitativa da renda. Entretanto, fora os assuntos já abordados nos itens anteriores e numa tentativa de melhor esclarecer, ainda que de forma superficial, enfocaremos apenas alguns fatores que contribuíram diretamente para a formação da estrutura fundiária do país.

4.3.1 - ATIVIDADES EXTRATIVISTAS

Entende-se por extrativismo toda a atividade em que o homem obtém determinado produto, muito embora dêle

não tenha tido efetiva participação para sua produção. No Brasil foram muitas as atividades desenvolvidas, muitas das quais, ainda hoje são executadas mediante técnicas modernas de extração. Entre todas, chamam especial atenção as seguintes:

- Pau-brasil - primeira atividade comercial a ser explorada pelos portugueses dada a sua procura e necessidade na Europa cuja finalidade era o tingimento de tecidos. Foi no litoral que se intensificou essas atividades e favoreceu a implantação dos primeiros centros comunitários.

- Ouro e pedras preciosas - atividade responsável pela colonização principalmente em Minas Gerais e depois em Mato Grosso e Goiás. Sua interiorização atraiu grandes fluxos migratórios e beneficiou substancialmente o surgimento de muitos povoados.

- Borracha - após a descoberta de sua utilização em pneus, passou a ser grande a procura do produto nos países europeus. Dada a inexistência de plantações racionais em outros lugares, apresenta-se o Brasil como principal fornecedor da matéria prima - latex, aos centros consumidores, graças à sua existência em abundância na Região Norte, com predominância para o Amazonas. O período de sua maior extração ocorreu em fins do século XIX até

aproximadamente 1.911, quando então se inicia seu declínio, face a exploração racional do produto em outros continentes. A descoberta do pneumático de borracha sintética contribuiu recentemente para desestimular a atividades. Entretanto, durante o período em que marcou presença nos mercados internacionais, atraiu grandes contingentes de migrantes principalmente nordestino, que muito contribuíram para fixação do homem na região amazônica e conseqüentemente para a formação de inúmeras cidades.

4.3.2 - ATIVIDADES AGRÍCOLAS - MONOCULTURA.

a - Cana-de-açúcar

A introdução de cana-de-açúcar no Brasil, ocorre por volta de 1.600, sendo um dos principais produtos de exportação até o seu declínio a partir do século XVIII. O desenvolvimento de sua cultura no país, deveu-se à grande procura de açúcar na época, no mercado internacional e pelo seu valor de aquisição.

A primeira capitania hereditária onde se cultivou a planta foi a de São Vicente, daí expandiu-se principalmente para o Nordeste. Foi através do cultivo da cana-de-açúcar que ocorreu a colonização da Região Nordeste durante o século XVII.

Como monocultura, exige também áreas extensas, o que logo favoreceu a formação de latifúndios. Nos dias atuais, as áreas produtoras localizam-se na Região Sudeste, principal produtora de açúcar do país, e na Região Sul e Nordeste.

b - Café

Data de 1.727 a chegada das primeiras plantas ao Brasil na Região Norte, mais precisamente no Pará. Entretanto, sua melhor adaptação ocorreu nas Regiões Sul e Sudeste, antes de percorrer a Região Nordeste através do Maranhão.

Sendo um produto de grande procura no mercado internacional, constitui o café, ainda hoje, um dos principais produtos de exportação.

A expansão de sua cultura no interior paulista contribuiu decididamente para a implantação do sistema ferroviário e atraiu grandes fluxos imigratórios e migratórios, e favoreceu o surgimento de muitas cidades. No Paraná, também foi responsável pela criação de novas cidades, onde se destacam Londrina e Maringá. As crises por que tem passado, quer pelas geadas, quer por baixas de preços no mercado internacional, têm contribuído para a

divisão de grandes propriedades em menores ou mesmo para formar excedentes de mão-de-obra que geralmente migram para as cidades.

c - Gado bovino

A presença da atividade pecuária no Brasil faz parte de sua história desde os primórdios de seu desenvolvimento, ou mais precisamente a partir de 1.534, quando se tem notícias da entrada dos primeiros animais na capitania de São Vicente. Posteriormente, outras capitanias receberam animais, sendo que, seu desenvolvimento se concentrou no Nordeste durante o período colonial. Sua interiorização foi responsável pelo surgimento de vilas e povoados. Sendo uma atividade que exige áreas extensas, conduziu naturalmente à formação dos latifúndios.

Das cinco regiões que compõem o território nacional, a Região Sudeste é a que apresenta maior concentração da criação nacional, seguida da Região Sul. Coincidentemente, nessas regiões se identificam os maiores índices de áreas latifundiárias.

4.3.3. - ATIVIDADE INDUSTRIAL

O estágio em que se encontra a indústria nacional

nal é o resultado de uma feliz idéia que surge em fins do período imperial e toma vulto no período republicano. A partir da I Grande Guerra - 1.914-18, o país ressentia-se da necessidade de se abastecer dos produtos industrializados, uma vez que se identifica o surgimento das primeiras indústrias, implantadas para fins de suprir o período da guerra. A dificuldade natural de peças de reposição e capacitação de técnicos dificultavam seu desenvolvimento e exigiam políticas financeiras adequadas para sua sobrevivência. O país, que até então tinha como sustentação de sua economia os produtos do setor primário, passa rapidamente a se apoiar nos setores secundário e terciário. A partir da decisão da escolha do local para implantar a Companhia Siderurgica Nacional em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro no ano 1.940, ficou definida a região onde se iria concentrar a siderurgia nacional e daí irradiar pólos de desenvolvimento periféricos. A Região Sudeste, foi a que se beneficiou com a política de industrialização, ficando justificado porque os censos demonstram que naquela região se concentram as maiores densidades populacionais, o maior parque industrial e os melhores índices de racionalidade dos solos através da empresa rural. Portanto, o processo de colonização do Brasil, decorreu principalmente em função de objetivos mercantis e não de uma ocupação que conduzisse a uma integração nacional. A consequência natural do processo faz-se sentir pela dificuldade de articulação regional e os desequilíbrios desenvolvimentistas que estimulam seu crescimento.

4.3.4. - FLUXOS IMIGRATÓRIOS E MIGRATÓRIOS.

Em ambos os casos os fatores que influenciam são os econômicos, políticos, religiosos e pessoais. Quanto à forma podem ser espontâneo ou dirigido. Espontâneo quando o indivíduo decide pela ação de se deslocar e dirigido quando existe uma ação planejada, que geralmente é feita pelo Estado.

a - Imigratório - é caracterizado pela entrada de estrangeiros em outro território. No caso brasileiro, a colonização ocorreu até bem recente - 1.930, por esse processo. Foi o responsável pela colonização do litoral, especialmente a Região Sul onde houve maior concentração de imigrantes, principalmente a européia. A formação da pequena e média propriedade rural teve por origem a mão-de-obra imigratória.

b - Migratório - São os deslocamentos que ocorrem dentro do mesmo território nos diferentes sentidos rural/rural, rural/urbano, urbano/rural e urbano/urbano. Dependendo do grau de interesse ou desinteresse do indivíduo por uma região, a mesma passa a se constituir em área de atração ou fornecedora de mão-de-obra. O resultado desta ação, provocará uma concentração populacional de um lado e um esvaziamento do outro.

No Brasil, a forma como ocorreu sua colonização, favoreceu inicialmente a concentração dos contingentes populacionais no litoral para daí expandir-se para o interior. Os ciclos econômicos ou de extrativismo ocorridos não foram suficientes ou capazes de proporcionarem uma melhor distribuição de sua população. Considerando-se as dificuldades naturais de acesso, justifica-se ainda mais os vazios demográficos identificados nas regiões Norte e Centro-Oeste.

O processo de industrialização inegavelmente trouxe a reboque o desenvolvimento da urbanização, pois nas áreas onde foram implantadas as indústrias passaram a ser absorvedoras de populações face a oferta de empregos. Essas regiões são a Sudeste e a Sul. As demais regiões, ao contrário, passaram a ser fornecedoras de mão-de-obra, principalmente a do meio rural, ficando assim, sem aumento populacional, limitado ao processo vegetativo ou natural.

Analisando os censos efetuados, identifica-se que o país a partir de 1.940 inicia o declínio da população rural, data esta, que coincide com a implantação da fase industrial brasileira. Daí decorre que o setor agrícola tem se mostrado como desempregador e sem expressão

na criação de novos empregos¹. Enquanto as formas de ocupação conduziram a concentrações populacionais diferenciadas de região para região, o crescimento econômico também acompanhou a tendência, favorecendo ainda mais as áreas beneficiadas com a colonização pioneira e provocando grandes disparidades regionais e setoriais, discriminando a participação da sociedade dos benefícios do crescimento².

A prioridade para o desenvolvimento do setor industrial em pontos centralizados, permitiu também que o setor primário localizado na sua periferia, absorvesse elevados índices de tecnologia, enquanto as demais regiões do país continuam em suas atividades tradicionais, não lhe sendo possível acompanhar o mesmo ritmo de industrialização, ou seja, suas estruturas de produção não se modernizaram.

Nessas condições a agricultura torna-se um obstáculo de desenvolvimento planejado face a impossibilidade

1 - Consultar Drayden Arezzo. Aspectos da Colonização no Brasil, Anais do VII Congresso Brasileiro de Agronomia. Brasília, 1.973. p. 75.

2 - A respeito das disparidades regionais veja as obras: Berta Becker. O problema das disparidades no Brasil, Rio de Janeiro, 1.977. mimeo. ou Alfredo Domingues. Panorama Regional do Brasil, Nordeste. IBGE. Rio de Janeiro 1.969.

de acompanhar outros setores da economia, quer seja pela baixa produtividade, quer pelas distorções de sua estrutura agrária¹, uma vez que a mesma não reflete a dignidade de vida de seu povo e não condiciona o equilíbrio e a direção de seu progresso social e econômico.

O progresso social ou justiça social antecede a caridade ou favores governamentais e êle jamais será alcançado enquanto não forem tomadas medidas capazes de amenizar a problemática da estrutura agrária brasileira. Nesse sentido, aguarda-se políticas governamentais que possam modificar a tendência de concentração e desconcentração de populações e produções, conduzindo a uma reorientação, de vez que pela forma espontânea a situação tende a agravar-se.

Na impossibilidade de se modernizar a agricultura e a necessidade de aumentar a produção, redirecionar os fluxos migratórios, criar pólos de atração objetivando aliviar tensões sociais nos centros urbanos, a solução foi a conquista de novas áreas, implementada pelo Programa de Integração Nacional, instrumento responsável pelas diretrizes da política de colonização da Transamazônica, que analisaremos no próximo capítulo.

1 - Veja a obra BRASIL - IBRA. A Estrutura Agrária Brasileira. Rio de Janeiro. 1.967.

5.

COLONIZAÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA:
UMA EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVI
MENTO PLANEJADO

Enquanto no segundo capítulo foram abordados as assuntos que fazem parte da história da colonização do Brasil, no terceiro identificou-se como se encontrava a estrutura fundiária. Conforme revelação contida nos quadros que compõem o capítulo, não são animadores os resultados demonstrados quer pela sua distribuição quanto à categoria de imóveis rurais quer pela situação jurídica em que se encontravam seus ocupantes. A situação torna-se ainda motivo de maiores preocupações quando se identifica a distribuição demográfica do país em relação ao tamanho da área das regiões em que se encontram. Se de um lado têm-se regiões menores onde se concentra a maior parte da população e da produção expressiva em todos os setores de economia, de outro observam-se grandes espaços vazios, em condições de absorver significativos números de famílias e participar mais efetivamente na produção principalmente de alimentos, seja para consumo seja para excedentes exportáveis.

Estando, assim, identificadas as distorções das situações agrária e demográfica, o Governo Federal, atento às aspirações da sociedade, decidiu por uma colonização planejada para a Amazônia, através de um programa que previa a abertura de estradas, pela qual se integraria a região Norte às demais regiões do país. Destarte, serão

revistas algumas definições da região, as tentativas de sua colonização e o Programa pelo qual foi operacionalizada.

5.1. - AMAZÔNIA: DEFINIÇÃO E SEUS COLONIZADORES.

Muito se tem escrito sobre a Amazônia, uns ufanistas outros pessimistas, indiferentes a posições extremadas, acreditamos que os conhecimentos técnicos juntamente com a tecnologia moderna, permitirão conduzir de forma satisfatória sua participação como área produtora de alimentos ou de matéria prima, sem contudo transformar suas características. É sua exploração racional, respeitadas as condições ecológicas.

Entre os historiadores que já a definiram, identifica-se uma certa semelhança entre si, pois, são unânimes em afirmar que se trata de uma região com riquezas botânicas e minerais ainda não exploradas e um vasto campo para estudos em hidrologia e zoologia.

Quanto à parte integrada ao território nacional - Amazônia Brasileira¹, é identificada por duas con

1 - A Amazônia estende-se também a outros países vizinhos como seja: Bolívia, Equador, Perú, Colômbia e Venezuela.

cepções: uma clássica e outra legal. Entende-se por Amazônia Clássica a parte compreendida entre os Estados do Amazonas, Acre, Pará e Rondônia e os Territórios de Roraima e Amapá; a partir da lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1.953 a mesma foi definida como sendo a área compreendida pelos Estados do Amazonas e do Pará e os Territórios Federais do Acre - hoje Estado do Acre - Amapá, Guaporé - atualmente Estado de Rondônia, Rio Branco - hoje denominado Roraima, parte do Estado de Mato Grosso ao Norte do paralelo 16°, a do Estado de Goiás ao Norte do paralelo 13° e a do Maranhão ao Norte do meridiano de 44°. Enquanto na clássica sua área é de 4,5 milhões de Km² na legal sua área é superior a 5 milhões de Km².

Entendida a Amazônia sob os aspectos convencionais e legais, procurar-se-á identificar sua revelação na História do Brasil.

a - A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA AO TERRITÓRIO BRASILEIRO.

Enquanto as demais regiões brasileiras eram colonizadas através do Oceano Atlântico, lá, em decorrência do Tratado de Tordesilhas cujo espaço à época era parte integrante do Vice Reinado do Peru, sua penetração ocorreu via Oceano Pacífico em 1.539. Comum à época e a exemplo do que acontecia no litoral, foi grande o assédio de

outros povos que desejavam explorar riquezas como também fixar-se na região. A presença portuguesa só vai ocorrer em 1.616 e, após anos de luta, saem vitoriosos os lusos brasileiros em 1.647. A conformação da Amazônia Brasileira, completa-se em fins do século XIX, mais precisamente em 1.867, quando o atual Estado do Acre foi incorporado ao território nacional, através do Tratado assinado entre o Brasil e a Bolívia¹.

Assim, identifica-se mais uma razão de seu dissociamento das demais regiões, pois as dificuldades impostas pela própria natureza impediram uma maior aproximação e participação no seu desenvolvimento em condições de igualdade. Os reflexos dessa separação se fazem sentir nas diferentes forma, como sejam, baixa densidade demográfica e em consequência grandes espaços vazios, ausência de técnicas modernas principalmente na agricultura, reduzindo ofertas de emprego a uma comunidade já sem melhores oportunidades²

1 - Consultar a obra Arthur Cesar Ferreira Reis. *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Ed. Sergio Cardoso. Manaus. 1.966.

2 - A respeito do assunto veja Denis J. Mahar. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia*. IPEA/INPES. Rio de Janeiro. 1.978.

b - OS CICLOS ECONÔMICOS DA AMAZÔNIA E SEUS COLO NIZADORES.

Na história da Amazônia Brasileira, a atividade extrativista tem sido motivo dos ciclos econômicos que ocorreram na região, na qual o homem tem se posicionado como dependente da natureza. Dadas as características da atividade, não se identifica uma contribuição, expressiva para a fixação de seus exploradores.

Para os estudiosos do assunto, três fases extrativistas se sucedem: a primeira, por ocasião de seu descobrimento, quando se encontrou grande número de espécies vegetais e animais, cujos produtos encontravam fácil aceitação nos mercados europeus. Esta fase é conhecida como Droga do Sertão¹; a segunda fase decorreu do incentivo do Marquês de Pombal ao plantio racional de algumas culturas e, finalmente, a terceira fase, a da borracha. Sem dúvida alguma esta última foi a mais marcante de todas, por haverem sido conhecidos os altos rios e muitos de seus afluentes, sendo também a que mais contribuiu para o sur

1 - Veja a obra Leandro Tocantins. *Amazônia, natureza, homem e tempo*. Ed. Conquista. Rio de Janeiro. 1.960.

gimento de povoados em virtude da grande migração de nordestinos que se dirigiram à região¹.

O esplendor da atividade se faz recordar em duas grandes obras de arte, riqueza e beleza que bem representam a prosperidade da época; uma é o Teatro Amazonas em Manaus; e a outra é o Teatro da Paz em Belém, ambas capitais dos maiores centros regionais.

Conforme pode-se observar, não se registram na ocupação da Amazônia fluxos migratórios no sentido Sul/Norte nem tampouco a presença de estrangeiros com fins de fixação, ficando sua colonização limitada somente aos portugueses, aos índios e aos missionários cujos trabalhos junto aos silvícolas merecem registros, quer quanto ao laico religioso quer quanto ao profano².

Estudando o problema da densidade demográfica da região, o demógrafo Mortara³ concluiu que seria difícil a ocupação da região Amazônica apenas pelo crescimento vegetativo de sua população. Pelas razões expostas, com

1 - Estima-se que 100 mil nordestinos tenham se transferido para a Amazônia.

2 - Veja Leandro Tocantins. *op. cit.*, p. 54.

3 - Mortara apud Arthur Reis. *A Amazônia e a Integridade do Brasil. op. cit.* p. 81.

preende-se melhor porque tão vasto território continua tão pouco habitado, apresentando um grande contraste junto às demais regiões brasileiras¹. Objetivando promover a ocupação da Amazônia em ritmo mais agilizado, e para aliviar as tensões sociais das demais regiões do país e principalmente a Nordeste, bem como integrá-la ao contexto nacional, foi elaborado o Programa de Integração Nacional, instrumento capaz de conduzir de forma planejada os objetivos que até então se tornavam inviáveis pela via espontânea.

5.2. - O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - OBJETIVOS E METAS.

Recorrendo-se à história das políticas de desenvolvimento para a Amazônia, constata-se que a intenção não é recente, uma vez que as primeiras tentativas ocorreram baseadas em explorações extrativistas. Também não é recente a criação de instituições governamentais para conduzir e incentivar as políticas desenvolvimentistas para a região, tais como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA - 1.946 e posteriormente a SUDAM em 1.967. Outros organismos foram criados ou transformados, objetivando todos o desenvolvimento da

1 - Como leitura complementar consulte a obra Berta Becher, op. cit.,.

Amazônia. Dos Planos, Programas e Projetos elaborados, o que mais despertou a atenção e que inegavelmente trouxe maior impacto, surgiu no ano de 1.970, através do Decreto Lei nº 1.106 de 16 de Junho, que criou o Programa de Integração Nacional - PIN¹. É mais uma proposta de desenvolvimento para Amazônia, e nele se preconiza a ocupação dos espaços vazios da região através da reorientação dos fluxos migratórios, principalmente os nordestinos. Nesse sentido, foram estabelecidos objetivos específicos e estratégicos².

1 - Outros Programas se desenvolveram na época como se jam:

- PROTERRA. Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo a Agro-Indústria do Norte e Nordeste.
- PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.
- PROVALE - Programa Especial para o Vale do São Francisco.

2 - Veja sobre o assunto BRASIL, Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento, 1.971.; ou BRASIL, INCRA. Colonização da Amazônia. Brasília, 1.972.

a - OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

Entre os objetivos específicos, constata-se a preocupação de se deslocar a fronteira agrícola e ao mesmo tempo assegurar a incorporação da área numa economia de mercado, mediante uma reorientação dos fluxos migratórios. Pelos objetivos relacionados identifica-se a preocupação de uma ação planejada para reorientar os fluxos migratórios à Região Amazônica, uma vez que pela via natural eles ocorreriam para as áreas metropolitanas já superpovoadas ou contribuiriam para o agravamento de tensões sociais rurais a permanecer no seu lugar de origem ou deslocar-se para outras áreas rurais dadas as dificuldades de acesso à propriedade da terra.

b - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.

O Programa, ao procurar promover a ligação rodoviária entre a área geográfica, que representa mais de 50% do território nacional, às demais regiões, postulava como objetivos estratégicos: interligar a região Amazônica com as demais regiões do país, favorecendo assim um melhor aproveitamento das áreas até então improdutivas, bem como criar melhores condições para a extração de minerais localizados em área de difícil acesso.

c - METAS

Para se atingir os objetivos, o Programa definiu duas metas fundamentais, sendo uma sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes, que era a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e outra do Ministério da Agricultura, que através do INCRA, operacionalizou a política de colonização associada às citadas rodovias. Inicialmente, foi reservada para a colonização e reforma agrária uma faixa de terra de apenas dez quilômetros de cada lado das estradas¹. Com o advento do Decreto-Lei nº 1.164 de 01.04.1.971, foi declarada indispensável a Segurança e ao Desenvolvimento Nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 (cem) Km de largura de cada margem das rodovias já construídas, em construção ou projetadas na Região da Amazônia Legal. Assim sendo, e na forma da relação constantes das estradas integrantes do dispositivo legal, merece destaque a Transamazônica - trecho Altamira/Itaituba/Humaitã, com uma extensão aproximada de 2.300 Km. Dada a relevância do binômio Segurança e Desenvolvimento, os mesmos serão analisados separadamente.

Para custear a implantação do Programa, foram previstas cinco fontes de recursos a saber: recursos orçamentários, previstos nos orçamentos anuais e plurianuais; provenientes de incentivos fiscais, cuja participação

1 - Decreto-Lei nº 1.106 de 16.06.1.970.

foi estipulada em 30%, contribuições e doações de empresas públicas e privadas; empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais e recursos de outras fontes.

Conforme proposta do estudo, que é identificar as causas da iniciativa governamental para a execução da política, logo é de se admitir que a expectativa maior do Governo era que da penetração planejada e coordenada dos fluxos migratórios para os espaços vazios amazônicos resultasse um aumento da fronteira agrícola e ao mesmo tempo se efetivasse um processo de desenvolvimento mais harmonioso e humano, interligando as regiões entre si. Desta forma, é possível que a integração da Amazônia traga novas oportunidades de desenvolvimento por tantas vezes tentadas e ainda não conseguidas. Como dissemos anteriormente, analisaremos nos próximos itens relativos à segurança e ao desenvolvimento, diante de pressupostos teóricos.

5.5. - SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE TEÓRICA.

A Política de Integração Nacional ao definir as diretrizes e estratégias do Programa de Colonização da Amazônia Legal, trouxe no bojo da legislação que disciplinou a área de atuação, em seu artigo 1º, do Decreto-Lei 1.164 de 01.04.1.971 a expressão "segurança e desen

volvimento nacional". Dentro desse contexto, e numa tentativa de conduzir a uma melhor interpretação do binômio, recorreremos ao apoio de alguns autores que já se reportaram ao assunto. Assim sendo, a análise da expressão será efetuada com base em fundamentação teórica, extrapolando por vezes sua aplicação ao caso concreto.

1 - SEGURANÇA NACIONAL.

Se analisarmos isoladamente o termo "segurança" o mesmo significa firmeza, convicção, certeza, confiança e assim sucessivamente. Logo, a segurança é uma necessidade individual, comunitária e nacional. Sua presença está em todos os momentos e nos diferentes segmentos da sociedade, assim vejamos alguns exemplos: na administração¹ constitui-se uma das seis funções básicas que é proteger bens e pessoas, ou parte integrante do diálogo entre su

1 - Veja Henri Fayol. *Administração industrial e geral*. tradução para o Português de Irene de Bojavo e Mário de Souza. 9ª ed. São Paulo. Atlas. 1978. p. 16 ou F.W. Taylor. *Princípios de administração científica*. Tradução de Arlindo V. Ramos. 7ª ed. São Paulo. 1978. p. 122. e KOONTZ, O'DONNEL. *Princípios de administração*, tradução de Albertino Pinheiro Junior e Ernesto D'orsi, 6ª ed. São Paulo. 1973. p. 607

perior e subordinado. No campo da psicologia¹ é explicada pelos reflexos nas atitudes das pessoas exprimindo desejos, confiança e fraquezas diante de outras pessoas ou grupos. Desta forma, todos estão à procura de segurança, as pessoas, a sociedade e o Estado que, integrados buscam o equilíbrio de respeito entre si e diante de outras Nações. Evidentemente que estamos falando de países democráticos, pois, nestes, a segurança é uma questão social enquanto nos países totalitários a segurança é do Estado².

Uma vez entendido o que representa o termo segurança, torna-se possível compreender que a expressão segurança nacional não é necessariamente o uso ou emprego da força ou poderio militar e sim as garantias que o Estado dispõe para o atingimento dos objetivos nacionais.

No Brasil identificam-se três dispositivos que disciplinam a matéria:

a - A Constituição da República Federativa do Brasil;

1 - Consultar a obra KRECH, CRUTCHFIELD, Elementos de Psicologia, tradução de Dante Moreira Leite, 2 ed. São Paulo. Pioneira. 1.968. p. 331.

2 - Sobre o assunto recorrer a Engólras J.C. Camargo. Estudo de Problemas, Brasília, 2 ed. São Paulo. Atlas. 1.978.

b - A Reforma Administrativa;

c - A Lei de Segurança Nacional.

Analisaremos, então, distintamente, os artigos a que se reportam na legislação citada, a respeito do as sunto objeto de estudo no presente item.

a - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

Entre as constituições brasileiras, o termo sur ge pela primeira vez em 1.934 seguindo-se posteriormente as de 1.936 e 1937. Nestas, a expressão era restrita a uma ação puramente militar ou defesa da nação contra um possível agressor. Entretanto, a partir da Constituição de 1.946, surge uma nova concepção para o termo, desta feita com a idéia voltada para problemas de ideologia, ou seja, possíveis resistências aos princípios da democra cia. Com a vigência da Constituição de 1.967 complementada com a Emenda Constitucional nº 01 de 17.10.69, em seu artigo 86 especifica de forma bem objetiva o conceito, afirmando que toda pessoa, natural ou jurídica é responsá vel pela segurança nacional. Na forma dos artigos seguin tes fica também definido que o órgão responsável pela for mulação e execução da política de segurança nacional é o Conselho de Segurança Nacional. Constitui-se este Órgão o de mais alto nível de assessoria direta ao Presidente

da República.

Na competência definida pela Constituição, cabe ao Conselho entre outras atribuições a de indicar as áreas indispensáveis à segurança nacional e os municípios considerados de seu interesse como também a concessão de terras, na faixa de fronteira.

b - REFORMA ADMINISTRATIVA.

Instituída pelo Decreto-Lei nº 200¹, de 25.02.67, define as atribuições da Administração Pública Federal Direta e Indireta e em seu artigo 42 informa que o Conselho de Segurança Nacional será convocado e presidido pelo Presidente da República, dele participando, no caráter de membros natos, o Vice-Presidente da República todos os Ministros de Estado, inclusive os Extraordinários, os Chefes do Serviço Nacional de Informações, do Estado Maior das Forças Armadas, e os Chefes dos Estado-Maiores do Exército, da Aeronáutica e da Marinha.

1 - Alterado pelos Dec-Lei nº 900 de 29.09.69; 991 de 21.10.69 e 1.093 de 17.03.70.

Ao que diz respeito a licitação, recebe tratamento especial, sendo a mesma dispensada quando sua realização comprometer a segurança nacional, a juízo do Presidente da República. Finalmente, em complemento ao contido na Constituição define que toda pessoa natural ou jurídica - em particular o detentor de qualquer cargo público, é responsável pela segurança nacional.

c - LEI DE SEGURANÇA NACIONAL.

A partir de 1.967 a expressão passou a receber tratamento especial, pois até então restringia-se somente aos artigos na Constituição. Com o advento do Decreto-Lei nº 314, de 13.03.67 e posterior legislação complementar¹ definiram-se seus objetivos, entre os quais a preservação da segurança externa e interna do país a que nos reportaremos adiante.

- SEGURANÇA EXTERNA.

Fatores de toda ordem podem contribuir inopinadamente para a violação da soberania nacional das na

1 - Decreto lei nº 510 de 20.03.69; 898 de 29.09.69 e Lei nº 6.620 de 17.12.1.978.

ções, seja por motivos geográficos, políticos, econômicos, religiosos e muitos outros. Diante de prováveis ameaças há necessidade de um equilíbrio de poder através de Acordos entre Nações ou grupos de Nações. Nesse sentido, o Brasil é membro da Organização das Nações Unidas - ONU - Organização dos Estados Americanos - OEA - e da Junta Interamericana de Defesa¹.

Evidencia-se assim que segurança externa é a proteção que o país possua ou possa apresentar através do poderio principalmente militar diante de um agressor ou agressores ou qualquer ameaça de ordem externa, esgotadas as providências tomadas pelos Organismos Internacionais acima nomeados e, ainda, a mediação de países amigos, através da Diplomacia.

- SEGURANÇA INTERNA.

A Lei de Segurança Nacional compreende como sendo de competência do C.S.N. a iniciativa de medidas ou sanções contra as ameaças ou pressões coercitivas de qualquer origem, forma ou natureza que se manifestem ou produzam efeito no país.

1 - Consultar Engolras Carmargo. Estudos de Problemas Brasileiros. op. cit. p. 49.

E foi certamente com a preocupação de evitar a formação de grupos de pressões capazes de colocar em risco a segurança interna do país que o Programa de Integração Nacional tenha se apoiado no binômio Segurança e Desenvolvimento, pois além dos problemas econômicos, políticos e sociais contribuírem para uma instabilidade interna outros fatores como desequilíbrios regionais, espaços vazios e distorções da estrutura agrária também devem ter sido considerados na tomada de decisão para a formulação da Política de Segurança Interna.

Acreditamos que foi de acordo com essas premissas que a Região Amazônica ao ser incluída dentro de um Programa de Desenvolvimento Planejado foi considerado como de Segurança Nacional.

Conforme bem demonstra o Capítulo 4, que aborda a estrutura agrária e alguns desequilíbrios regionais, urgia imediata providência da abertura de novas áreas espaciais onde fosse possível a alocação de novos contingentes populacionais e ao mesmo tempo se efetuasse a expansão da fronteira agrícola, de uma maior produção de alimentos.

Muito embora alguns teóricos contestem a expectativa, sobre o argumento de que a simples expansão da

fronteira agrícola, por si sô, não tem condições de fazer crescer a oferta de alimentos, acreditamos que no caso brasileiro, dada as dificuldades naturais do acompanhamento tecnicista a exemplo de outras regiões, resulte a decisão como uma alternativa válida, daí por que não se pode negar sua viabilidade.

A respeito de disputas pela posse da terra, a necessidade de alimentos em quantidades suficientes para a alimentação de algumas nações bem como o interesse de outros povos pela conquista de novas áreas em condições de abrigar grandes contingentes populacionais, tem sido motivos de preocupações de governantes e estudiosos do assunto, pois, não há limites de esforços para a conquista de alimentação. Fatores dessa ordem têm contribuído para sérios distúrbios internos de algumas nações, gerando complicações diversas nos diferentes segmentos da sociedade¹.

Por outro lado, a ocupação dos vazios existente na Amazônia e a exploração de seus grandes rios, tem se constituído por vezes como uma alternativa para solucionar problemas de superpopulação de outras nações ou de

1 - Veja as obras José Ramalho de Castro. *Política Nacional de Pesquisa Agrícola*. SIBRATER. Brasília. 1.980. Mimeo. p. 1/2., ou Arthur C.F. Reis. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Ed. Edinova. Rio de Janeiro. 1.965. p. 190.

extração de riquezas para o benefício universal¹. Entretanto, em que pesem as dificuldades e o sacrifício, o Brasil tem defendido com galhardia sua integridade nacional.

Com a adoção do Programa de Integração Nacional acreditamos que a Amazônia deixe de ser não só uma região a despertar interesses internacionais, como também uma região de exotismo a preencher páginas jornalísticas ou de simplesmente a atrair turistas. A sociedade brasileira não podia mais continuar esperando que o futuro lhe oferecesse melhores condições para que a região se incorporasse no contexto nacional sob o risco de lhe serem exigidos sacrifícios ainda maiores. Uma nação se torna mais próspera, quando consegue incorporar o maior número possível de seus filhos no processo produtivo. A iniciativa decisiva e corajosa de integrá-la e possuí-la de forma honrada e efetiva reflete o grau de maturidade do desenvolvimento planejado posta em execução pelo Governo Federal.

1 - A respeito do assunto, destaca-se as obras de Arthur Cesar Ferreira Reis. *A Amazônia e Integridade do Brasil*. op. cit. ou *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. op. cit. Recorrer ainda a obra Maurício Vaitzman, *Integração Nacional*. Ed. J. OZON, Rio de Janeiro. 1.960.

2 - DESENVOLVIMENTO.

A exemplo da análise do termo "segurança", será analisada também a expressão desenvolvimento, binômio êste, que orientou a Política de Integração Nacional no processo de ocupação da Amazônia. Muito acertadamente os autores que já dedicaram a escrever sobre o assunto, afirmam que desenvolvimento é um processo de transformação nos diversos setores da sociedade quer sejam econômicos, políticos, sociais ou culturais¹. Conforme pode-se observar o processo desenvolvimentista só é possível em sociedades politicamente organizadas, que apresentem um sistema de leis, um sistema de administração e um sistema de Governo que permitam assegurar a utilização de técnicas capazes de levar a sociedade à satisfação de suas necessidades². Nesse sentido, todos os governos têm suas atenções voltadas para o processo de desenvolvimento quer sejam econômicos ou sociais, numa clara tentativa de redu

1 - Entre os vários autores que já se reportaram sobre o assunto, recorrer a Nilson Holanda, *O Planejamento no Processo de Mudança*. Santiago do Chile. ILPES - OEA. BID. 1.972. Mimeo. ou Hêlio Brum, *O desenvolvimento e a Agricultura*, Mimeo. 1.976.

2 - Sobre as responsabilidades do Estado em criar condições para o desenvolvimento veja a obra J. Tinbergen. *Programação para o desenvolvimento*. F.G.V. Rio de Janeiro. 1.964, ou ROBOCK, S. & SOLOMON, L. *Desenvolvimento Internacional em perspectiva*. Ed. Forense. Rio de Janeiro. 1.966.

zir a distância entre a pobreza e a riqueza, através da elaboração de planos, programas ou projetos onde são alocados os recursos disponíveis que possam viabilizar novas oportunidades para com as muito almejadas prosperidade, segurança e paz social.

A luta para o atingimento dos objetivos que o processo de desenvolvimento pode conduzir, toma mais impulso quando pela análise comparativa se identifica a qualidade de vida entre duas nações de grupos diferentes, ou seja, desenvolvidas ou industrializadas e subdesenvolvidas ou não industrializadas.

Entretanto, para a consecução dos objetivos mencionados anteriormente, faz-se necessário a participação de duas outras variáveis de fundamental importância, que são os segmentos política e planejamento. É através da dimensão política¹ que a sociedade se faz representar por meio do homem político que expressa a vontade e as necessidades dos grupos ou região que representa, influenciando assim os fins e os objetivos a serem perseguidos pelo

1 - A respeito do assunto consultar Dwight Waldo. *Teoria política de la administración pública*, Madrid. Tecnos. 1.961. ou G. Catlin. *Tratado de Política*. Ed. Zarázar. Rio de Janeiro. 1.967.

Governo. As decisões para satisfação das necessidades humanas serão tanto mais perfeitas, quanto mais se aproximarem das aspirações coletivas de bem estar social.

Finalmente, quanto ao planejamento¹ é o instrumento técnico pelo qual são previstos as etapas, metas e objetivos a serem atingidos quanto aos aspectos qualitativo e quantitativo de tudo que deve ser feito e como ser efetuado. É pelo planejamento que se decide antecipadamente o que deva ser executado. Desta forma, constitui-se a trilogia que origina o desenvolvimento planejado cujos reflexos se fazem sentir pelos aperfeiçoamentos tecnolôgicos nos diversos setores da sociedade, exigindo assim nova reestruturação das partes envolvidas no processo. Nesta conjugação de esforços, procurar-se ajustar-se à realidade tanto o setor público como também o privado.

Entretanto, as diferentes formas de desenvolvimento planejadas postas em práticas no país, têm penalizado o setor rural em benefício de outros setores, com

1 - Para melhor conhecimento da matéria ver Russel Ackoff. Planejamento empresarial. Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro. 1.975 ou Willian Newman. Ação Administrativa. Atlas. São Paulo. 1.972.

forte predominância para o setor industrial¹, o que mostra uma clara concentração dos investimentos em áreas metropolitanas favorecendo sobremaneira as classes de alta renda, gerando um desequilíbrio entre as forças econômicas e sociais².

A escolha da prioridade agrava-se ainda mais, quando se constata que a mão-de-obra liberada pela agricultura não é proporcionalmente absorvida pelo setor industrial³. Mesmo assim, tem sido bastante significativa a mobilidade interna do país, cujos deslocamentos no sentido Rural/Urbano se fazem revelar nos censos demográficos ou em pesquisas de estudiosos⁴, onde se revela um acentuado declínio da população rural que se desloca para regiões mais desenvolvidas, já conhecidas como áreas de atração de mão-de-obra. Nestas áreas, localizam-se os grandes contingentes populacionais onde se identificam di

1 - Consulte para detalhe J.A. Rodrigues. O papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico e as políticas governamentais para o setor. RAP. V, 12. 1.978.

2 - Veja a obra Daniel Moynihan. O desafio urbano. São Paulo. Ed. Cultrix. 1.972.

3 - Para melhor esclarecimento ler José Pastore. Emprego, renda e mobilidade social no Brasil. Rio de Janeiro. IPEA. V. 6. 1.976.

4 - Consultar J. Camargo. A cidade e o campo. Rio de Janeiro. Ed. Paulista. 1.968.

ferentes formas de convivência social com elevados índices de criminalidade ocasionados pela falta de oportunidade em participar no processo produtivo.

Conforme pode-se observar, contatam-se distorções em todos os lados, pois, enquanto o lado de atração encontra dificuldades de fornecer aos seus novos integrantes um padrão de vida mais harmonioso, saudável e seguro, em decorrência de suas limitações de espaço, emprego e outras necessidades, do outro, ou seja, o que fornece mão-de-obra, resente-se de sua força-de-trabalho perdida. A presente constatação da realidade não agrada evidentemente a nenhum dos lados e muito menos às regiões de atração, principalmente quando se sabe que no país existem enormes espaços vazios, necessitando da presença de homens para incorporá-la no processo produtivo, principalmente de alimentos.

A respeito da produção de alimentos, tem sido o assunto motivo de preocupações dos governantes de todo o mundo¹, pois as previsões, se confirmadas, não serão agradáveis a ninguém, havendo até a expectativa de uma fome geral a partir já de 1.985. Nesse sentido, o Brasil apresenta-se como país de grandes possibilidades de supridor

1 - Veja por exemplo Melvin Bernard. *A corrida contra a fome*. op. cit.

de alimentos, tendo em vista a imensidão do seu território, contribuindo, assim, o setor primário mais expressivamente para o aumento da renda e formação do capital¹.

Não é recente o esforço governamental na procura de conduzir a agricultura ao seu merecido lugar de destaque, quer seja pelo seus nobres objetivos de produzir alimentos para o consumo interno, quer seja para exportação, pois nos primórdios do planejamento brasileiro já se identifica o setor incluído, como por exemplo do Plano SALTE em 1.951. Entretanto, foi no Plano Decenal 1967/1976², que a agricultura juntamente com a colonização receberam tratamento especial, dando margem à criação de um documento de trabalho de médio prazo, o Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED, para o período 68/70, no qual se previu a penetração colonizadora nas faixas do território nacional até então improdutivas. Para tanto, fazia-se necessário uma ação planejada capaz de reorientar³ os fluxos migratórios para os espaços vazios, uma vez que pela ação espontânea a tendência seria os grandes centros.

1 - Ler John Mellor. O planejamento do desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro. O Cruzeiro. 1.967.

2 - Consulte Comércio e Mercado. Três décadas de Planejamento. set. 1.977.

3 - A respeito da ação dirigista recorrer a José Costa. Amazônia: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro. IPEA/INPES. 1.979.

Em cumprimento às metas estabelecidas foram im plantados três grandes projetos de colonização ao longo da Transamazônica, cujo desempenho veremos a seguir.

5.4. - OS PROJETOS PILOTOS DE COLONIZAÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA.

Conforme esclarecido desde o início e na forma da proposta do estudo, não se trata de uma avaliação do desempenho dos projetos de colonização implantados ao longo da Transamazônica, pelo que nos reportaremos apenas a algumas metas previstas e alcançadas, durante o período em estudo, permitindo assim uma melhor conclusão do trabalho.

As Rodovias previstas no Programa de Integração Nacional - PIN, assunto já abordado no item 5.2, constituíram uma exigência como meio indispensável para operacionalizar a ocupação da Região Amazônica, que representa mais de 50% do território nacional. Assim, à medida que se ia implantando a rodovia, foram sendo criados os Projetos de Colonização, sob a orientação e execução do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Nesse sentido, três foram os Projetos pioneiros de colonização criados, que se constituem como o marco inicial de pólos de desenvolvimento da região em desbravamento, a saber: Marabá, Altamira e Itaituba, todos no Estado do Pará.

Ao que diz respeito a metas, o PIN não definiu quantitativamente o que deveria atingir, daí por que se identificam alguns desencontros de metas institucionais, principalmente quanto ao assentamento de famílias na região. Enquanto o Plano de Desenvolvimento da Amazônia¹ - PDA, elaborado para o exercício 72/74 estimava um assentamento de 100.000 (cem mil) famílias para os Projetos Prioritários e 64.000 (sessenta e quatro mil) para a vigência do Plano, sendo 16.000 (dezesesseis mil) para o exercício de 1.972, 22.000 (vinte e dois mil) para o ano de 1.973 e 26.000 (vinte e seis mil) para 1.974, sem contudo definir áreas onde ocorreriam os assentamentos. Enquanto isso, o INCRA² quase que paralelamente previa que seriam assentadas 70.000 (setenta mil) famílias às margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá - Santarém. Entretanto, fora o Projeto Itaituba que fica no entroncamento da Transamazônica com a Cuiabá-Santarém não se tem notícia de implantação de Projetos naquelas rodovias, a não ser na Transamazônica. Nesse sentido, não é de se acreditar que a estimativa de assentamento tenha incluído a localização natural e por vezes desordenada das famílias que chegassem à Região na forma de imigração espontânea.

1 - Consultar BRASIL. SUDAM - Plano de Desenvolvimento da Amazônia - IBGE. Rio de Janeiro, 1.972. p. 25.

2 - Ver BRASIL. INCRA. Altamira 1. Síntese. CERVANTES. Rio de Janeiro. 1.972. p. 3.

Assim, para operacionalizar a colonização, uma consequência da abertura da estrada, a primeira providência governamental foi declarar de interesse social para fins de Reforma Agrária¹ e desapropriar uma área de aproximadamente 6.300.000 (seis milhões e trezentos mil) ha, onde foram implantados dois Projetos de Colonização - Altamira e Itaituba; por essa razão, o polígono da área desapropriada ficou conhecido pelos nomes dos Projetos. Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos na execução da Política de Integração Nacional durante o período em estudo, passaremos a uma análise de desempenho dos Projetos implantados.

- PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO ALTAMIRA.

Ocupando uma área aproximada de 2.795.250 ha e apresentando uma capacidade de assentamento para 10.000 (dez mil) famílias, teve seus trabalhos de implantação iniciados em 1.971. Os trabalhos iniciais do Projeto foram previstos através da elaboração de uma Programação Operacional, manual de trabalho interno usado pelo INCRA como documento de planejamento. Entretanto, a partir de 1.972 após a conclusão e publicação do Projeto Técnico Al

1 - Foi declarado de interesse social para fins de desapropriação pelo Decreto nº 68.443 de 29.03.71.

Altamira¹ - 1, ficou definido que o Projeto iniciaria suas atividades no Km 20 no sentido Altamira - Itaituba e previa ainda o assentamento de 3.000 (três mil) famílias ainda no exercício de 1.972, em três módulos de 1.000 (mil) famílias. Entre outras atividades de infra-estrutura, foram previstas a construção de 3 agrópolis e 66 agrovilas; construção de 600 Km de estradas vicinais; construção de escolas, postos médicos e habitação para colonos. Naturalmente, que estas e outras metas previstas, objetivavam a conduzir os colonos a uma elevação do padrão de vida, até então não conseguido.

Constatada a controvérsia no que diz respeito a assentamento² a ser realizado, isto é, em termos globais

1 - Em termos de métodos operacionais quanto à distribuição espacial, o Projeto apresentou critérios bastante diferenciados dos modelos anteriormente empregados. No capítulo 3 foram revistos superficialmente alguns aspectos do assunto. Dos três Projetos implantados na Transamazônica e de Altamira foi o único a possuir Projeto Técnico. Ver Brasil, INCRA. ALTAMIRA-1- ... op cit.

2 - Recorrer à obra BRASIL. INCRA. Novas aspirações para um antigo caminho. Brasília. 1.971. p. 315. Neste documento, identificam-se também algumas metas para os Projetos. Outro documento elaborado pelo INCRA - Relatório de Atividades 74/78, quando 1.1 estima a capacidade de assentamento do Projeto Altamira em 7.000 famílias.

ou por Projeto, e sem entrar no mérito da questão, nos reportaremos, a título de esclarecimento, ao que foi previsto e realizado no decorrer dos exercícios de 1971 a 74.

Desta forma, a Programação Operacional de 1.973, revela os resultados dos exercícios anteriores, ou seja, foram realizados 2.514 assentamentos de parceleiros¹ e registra a desistência de 267. Quanto à meta para o exercício, a previsão é de 1.500 assentamentos. Já a Programação para o exercício de 1.974 estabelece um assentamento de 1.000 famílias e revela que no exercício anterior foram realizados 450 assentamentos dos 1.000 previstos. Finalmente, ao se analisar a Programação para 1.975, a mesma registra um assentamento de apenas 151 famílias no ano anterior com uma desistência de 87 famílias.

De posse dos dados mencionados, torna-se possível elaborar o quadro nº 07 que bem esclarece o desempenho do Projeto,

1 - Todo aquele que venha adquirir lotes ou parcelas em áreas destinadas à Reforma Agrária ou a Colonização Pública ou Privada - Lei 4.504 de 30.11.64 art. 4º item VIII.

QUADRO Nº 07 - ASSENTAMENTOS PREVISTOS E REALIZADOS NO PROJETO 70-74

ANOS	PREVISÃO	ASSENTAMENTO	DESISTÊNCIA
1.970	-	12	-
1.971	1.000	1.130	112
1.972	3.000	1.372	141
1.973	1.500	425	333
1.974	1.000	151	087
TOTAIS	6.500	3.090	673

Fonte: INCRA. Programação Operacional dos anos de 73/74/75.

Segundo a súmula do Projeto¹, elaborada em dezembro de 1.982 já foram efetuadas 7.182 assentamentos, sem contudo registrar as desistências ocorridas e estima a capacidade de 20.000 famílias.

Conforme pode-se concluir, a meta inicialmente prevista, de 10.000 assentamentos a serem realizados no período 72/74, ainda não foi atingida, mesmo após 12 anos de sua implantação.

1 - Documento de avaliação anual efetuado pela Divisão de Promoção e Integração mediante colaboração da 2ª Região, ambos órgãos do Departamento de Projetos e Operações do INCRA.

- PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO ITAITUBA.

Implantado na área do polígono desapropriado pelo Decreto nº 68.443 de 29.03.71, com sua área de atuação estimada em aproximadamente 1.970.700 ha, entrou em atividade em 1.971. A exemplo do Projeto Altamira, sua capacidade de assentamento é bem desenhada. Documentos mais recentes do INCRA¹, entretanto, estimam em 20.000 famílias.

Consultando as metas estabelecidas para o Projeto, segundo as Programações Operacionais dos exercícios de 1973, 1974 e 1975, foram previstos e realizados os seguintes assentamentos:

QUADRO Nº 08 - ASSENTAMENTOS PREVISTOS E REALIZADOS NO PROJETO 72-74

ANOS	PREVISÃO	ASSENTAMENTO REALIZADO	DESISTÊNCIA
1.972	500	559	-
1.973	1.000	541	-
1.974	700	227	-
TOTAIS	2.200	1.327	66

Fontes: INCRA. Programação Operacional de 1973, 74 e 75

¹ - Súmula do Projeto, elaborado pela DPI/2^a Região, dez. 1.982.

Atualmente o Projeto apresenta 4.482 famílias e durante o período pesquisado constata-se que fora o ano de implantação, não foi possível atingir as previsões efetuadas.

- PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO MARABÁ.

Implantado fora do polígono desapropriado, em área de terras devolutas, arrecadadas, e tendo em vista estar incluído na faixa prevista no Decreto-Lei 1.106/70¹. Possui uma área de 356.500 ha e sua capacidade de assentamento é de 3.565 famílias.

Durante o período objeto do presente estudo, e na forma das Programações Operacionais elaboradas para o Projeto, os exercícios de 1973, 74 e 75, revelam que foram assentadas 1.405 famílias das 3.500 previstas, conforme demonstra o quadro a seguir.

1 - Reserva uma área de até 10 Km de cada lado das rodovias federais na Amazônia Legal para Colonização e Reforma Agrária.

QUADRO Nº 09 - ASSENTAMENTO PREVISTOS E REALIZADOS NO PROJETO 71-74

ANOS	ASSENTAMENTO		OBSERVAÇÃO
	PREVISÃO	REALIZADOS	
1.971	-	81	A fonte pesquisada não revela desistências
1.972	1.000	529	
1.973	1.500	295	
1.974	1.000	500	
TOTAIS	3.500	1.405	-

Fonte: INCRA. Programação Operacional de 73/74/75

Até dezembro de 1.981, o Projeto possuía 3.232 famílias assentadas. O mesmo deixou de pertencer à subordinação e coordenação do INCRA por força do Decreto-Lei nº 1.767 de 01.02.80, passando para a responsabilidade do Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins - GETAT.

Desta forma, pode-se concluir que durante o período pesquisado, a capacidade de assentamento dos Projetos sempre esteve aquém das previstas. No que diz respeito a meta do Programa que vai de 60 a 100 mil colonos, tornou-se impossível, uma vez que a capacidade de absorção dos projetos implantados, mesmo que as metas fossem atingidas seria inferior ao estabelecido. Entretanto, o que há de positivo, é a possibilidade de acesso que a re

gião passou a desfrutar, permitindo posteriormente o deslocamento de fluxos migratórios espontâneos para a área. Nesse sentido, identificam-se atualmente cerca de 10.000 famílias¹ localizadas em áreas próximas aos Projetos, aguardando uma oportunidade de assentamento.

Somam-se a esse fato os resultados obtidos pelo Censo Demográfico², realizado em 1.980, que apontam a Região Norte como a única a apresentar significativa taxa de crescimento para a população rural, atingindo a ordem de 3,71%, enquanto a Nordeste acusa um índice de 0,55% e as demais Regiões percentuais negativos. Diante das revelações incontestáveis, tornam-se animadoras as perspectivas para o futuro, pois se os resultados não se registraram com a velocidade que se esperava, já vai bem longe a incerteza da inviabilidade do Programa, uma vez que fica demonstrada a morosidade na execução da decisão política.

1 - Ver Brasil, INCRA. Programa de Assentamento do Polígono Altamira, Brasília. 1.982. mimeo.

2 - Ver BRASIL, IBGE. Síntese Preliminar do Censo Demográfico. Rio de Janeiro. 1.981. p. XXXII.

6 - CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Pela complexidade que envolve o assunto, razões de toda ordem conduzem à formação e emissão de opiniões a seu respeito. Por isso mesmo, os capítulos que antecederam não têm por objetivos esgotar a matéria, e sim, conduzir tanto quanto possível a novas indagações. De uma coisa porém estamos certo, é que o assunto posto em evidência nos exige uma maior reflexão sobre a grande validade administrativa da Política de Integração Nacional.

A história da colonização brasileira evoluiu de diferentes formas, ora somente com a entrada de portugueses e escravos africanos, ora por meio de imigrantes europeus, ou por iniciativa governamental ou particular. No entanto, todo o esforço para a real conquista e manutenção da soberania do território descoberto, conduziu a uma concentração populacional principalmente do litoral. Nota-se assim, que toda a política de colonização posta em prática objetivava inicialmente a guarda de tão grande território.

Os ciclos econômicos que se sucederam a do açúcar, tabaco, algodão, café e mineração exigiram a importação de mão-de-obra complementar para o desempenho de suas atividades. Essas atividades se desenvolveram em grandes áreas, caracterizando assim o latifúndio.

Por outro lado, ressentia-se o país de atividades diversificadas na agricultura, que permitissem a produção de alimentos para o mercado interno, haja vista que o desempenho da monocultura efetuada pelos latifundiários tinham suas atenções voltadas para o mercado externo. A solução encontrada foi através da imigração, principalmente europeia, que originou dessa forma a implantação da pequena propriedade.

As duas políticas demonstradas deixam bem claros os resultados alcançados, de um lado a implantação latifundiária e de outro a pequena propriedade - o minifundio, como também nos deixam as diretrizes da distribuição demográfica e da estrutura agrária nacional.

Os reflexos da política fundiária, que já é secular, são o problema fundamental que os Governos atuais têm que resolver, uma vez que se apresentam sobre forma de desafio: corrigir a má distribuição demográfica e a estrutura agrária brasileira, e a eles têm-se atribuído a causa da limitação do desenvolvimento econômico, social e cultural de toda a população brasileira.

Como ficou demonstrado no Capítulo 4º, existe uma grande distorção nas diferentes regiões do país, o que nos leva a concluir que somos um país desigualmente ocupado e desenvolvido.

Diante de tamanho problema, duas soluções fundamentais se apresentam e segundo entendemos, são elas:

- Integração de Espaços Vazios e
- Reforma Agrária quando identificada sua necessidade.

A difícil decisão daqueles que têm a responsabilidades de administrar esse importante setor público foi e com muito acerto, a ocupação de espaços vazios. Nossa afirmativa tem por fundamento a nossa crença em que a Reforma Agrária não resolverá, por si só, os graves problemas reclamados. É oportuno deixar bem claro que não somos contrário à Reforma Agrária; mas que a mesma seja efetuada dentro de sua ordem de prioridade, e que nos parece já bastante tardia. Dai a premência que apresenta.

Também, não estamos a defender o acerto ou apontar desacerto da colonização. O que nos propusemos foi analisar causas que levaram a Colonização Oficial da Transamazônica a constitui-se em meta setorial de uma política de desenvolvimento planejado, sempre oportuna.

Nesse aspecto, os Projetos implantados dentro de uma faixa de 900 Km quase nada representam se comparados aos 4.918 Km de extensão da estrada. Assim sendo, os mesmos

mos não passaram de modesta demonstração e dotaram a região beneficiada de uma infra-estrutura mínima, necessária para fixação das famílias transferidas e constituir prováveis centros irradiadores de desenvolvimento para atrair novas famílias pelo processo espontâneo.

Desta forma, as críticas de opositores à política posta em prática que, na grande maioria, o fazem com alegações mais sentimentais ou sensacionalistas do que oriundas da razão, não invalidam o modelo, se considerado o seu alcance com a segurança nacional, integração do Centro-Sul e do Nordeste com a Amazônia e sua capacidade de absorção de excedentes populacionais.

Não menos válida, também, foi a operacionalização da política de Integração Nacional executada inicialmente pela colonização dirigida, pois em última instância foram disciplinados os meios de estas áreas se tornarem possíveis produtores. As desistências ocorridas no começo declinaram sensivelmente, o que nos leva a acreditar na consolidação das metas implementadas.

Enfim, a história da colonização brasileira, revista nos Capítulos II e IV nos dá mostra de que a maior parte do território ainda está por colonizar e o que o foi exige ainda modificações quanto à sua localização e distribuição. E não será pelo caminho natural que surgirão

as modificações reclamadas por toda a sociedade brasileira. Somente uma ação planejada, corajosa e consciente será capaz de dar-lhe novos rumos e criar novas oportunidades de acesso à propriedade da terra, diminuindo as tensões sociais rurais e urbanas.

Entretanto, para que a correção das antigas medidas tragam êxito à política de colonização atual, torna-se necessário uma certa continuidade de ação. Assim é que fazemos a título de sugestão as seguintes medidas:

- Conduzir a ocupação da Região de forma a evitar a proliferação de novos latifúndios;
- Desestimular a criação de Empresas próximas aos Projetos de Colonização, uma vez que a mesma absorverá inevitavelmente a mão-de-obra dos parceleiros em detrimento do desenvolvimento agrícola de suas parcelas;
- Dar continuidade a implantação de novos Projetos de Colonização na Região objetivando assentar a todos que estão se dirigindo a área de forma espontânea;
- Criar condições complementares de infra-estrutura ou de serviços capazes de fixar o homem a Região, oferecendo-lhes assim melhores satisfações no desempenho de suas atividades;
- Reduzir as licitações de terras públicas para

implantação de projetos agropecuários que são absorvedores de capital e menos mão-de-obra;

- Inibir a proliferação de ocupação desordenada às margens das estradas, uma vez que a experiência tem demonstrado que referido procedimento tem conduzido seus ocupantes a uma convivência fora dos padrões convencionais;

- Criar mecanismos capazes de proibir a aquisição de mais de uma parcela nos Projetos de colonização ou de Assentamento, tendo em vistas os altos investimentos públicos efetuados nos mesmos. Referida aceitação traduz-se em benefícios daqueles que já detêm a riqueza em detrimento dos menos afortunados nos que transformam-se de proprietários a assalariados escravizados.

Entre outras tantas sugestões, acreditamos que estas sintetizam a necessidade maior na condução da formação e modificações de uma sociedade mais justa e menos escravizada pelos detentores do poder e da riqueza.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

- 1) ACKOFF, RUSSEL L. Planejamento Empresarial. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos, 1.975
- 2) ADAS, MELHEM. Panorama Geográfico do Brasil. 2ª ed. São Paulo, Ed. Moderna. 1.983.
- 3) ANDRADE, MANOEL CORREA DE. Colonização e Povoamento no Brasil. Anais da Associação dos Geógrafos do Brasil. São Paulo. 1.973
- 4) ANDRE. M. & GALACHE, G. BRASIL. Processo e Integração. 16ª ed. Edições Loyola. São Paulo. 1.979
- 5) AREZZO, DRYDEN CASTRO DE. Aspectos da Colonização no Brasil. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Agronomia. Brasília. 1.973.
- 6) BECKER, BERTA K. O Problema das Disparidades no Brasil. Rio 1.977. Mimeo
- 7) BERNARD, MELVIN A. A Corrida Contra a Fome. São Paulo Atlas 1.971.
- 8) BLOCK, Editores. História do Brasil. 1.976. 3V.
- 9) BRASIL, INCRA - Manual de Preenchimento de Cadastro Rural. Brasília. 1.972
- 10) _____ - Estatísticas Cadastrais/1. Brasília . 1.974.
- 11) _____ - Imigração Dirigida Para o Meio Rural. Brasília. 1.978
- 12) _____ - Colonização da Amazônia. Brasília. 1.972
- 13) _____ - Altamira-1. Síntese. Gráfica Cervantes Editora. Rio de Janeiro. 1.972

- 14) _____ - Programa de Integração Nacional. Brasília. 1.972
- 15) _____ - Novas Aspirações Para um Antigo Caminho Brasília. 1.971
- 16) _____ - Urbanismo Rural. Brasília. 1.971
- 17) _____ IBRA - Mini-Projeto de Assistência Técnica Investigação e Capacitação. R. J. 1.968
- 18) _____ - A Estrutura Agrária Brasileira. Rio de Janeiro. 1.967
- 19) _____ IBGE - Conselho Nacional de Geografia. Atlas do Brasil. Rio de Janeiro. 1.959
- 20) _____ - Simpósio Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro. 1.971
- 21) _____ Presidência da República - Metas e Bases para a Ação do Governo. Brasília. 1.970
- 22) _____ - I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). 1.972/74. Brasília. 1.971
- 23) _____ SUDAN - Plano de Desenvolvimento da Amazônia. 1.972/1.974. IBGE. Rio de Janeiro. 1.971
- 24) _____ - Plano de Desenvolvimento da Amazônia. IBGE. Rio de Janeiro. 1.972
- 25) _____ - Coleções das Leis - R. J. Imprensa Nacional. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional. 1.808/1.980.
- 26) _____ Fundação Getúlio Vargas - A Força do Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro. 1.974

- 27) _____ ESG/ADESG/IPEA. Realidade e Desenvolvimento. Sugestões Literárias. 5ª ed. São Paulo. 1.978
- 28) _____ Revista Comércio e Mercado - Três Décadas de Planejamento. Set. 1.977
- 29) BRUM, HÉLIO DE OLIVEIRA. O Desenvolvimento e a Agricultura, Mimeo, 1.976
- 30) BRUYNE, PAUL DE, et alli. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1.977
- 31) CALMON, PEDRO. História Social do Brasil. Editora Nacional, São Paulo, 1.937
- 32) CALÓGERAS, PANDIÃ. Formação Histórica do Brasil, Editora Nacional, 3 ed. São Paulo, 1.938
- 33) CAMARGO, ENGOLRAS JOSÉ DE CASTRO, Estudo de Problemas Brasileiros. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1.978
- 34) _____, J. F. - A Cidade e o Campo, Rio de Janeiro, Ed. Paulista, 1.968
- 35) CARR, EDUARDO KINJ. Ensino Agronômico e Formação Profissional. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Agronomia, Brasília, 1.973
- 36) CARVALHO, DELGADO DE. Organização Social e Política Brasileira. 5ª ed. São Paulo, 1.969
- 37) CASTRO, J. RAMALHO P. Política Nacional de Pesquisa Agrícola. SIBRATER. Brasília, 1.980, Mimeo
- 38) _____ . Administração de Pesquisa. EMBRAPA Brasília, 1.980. Mimeo

- 39) COSTA, JOSÉ MARCELINO MONTEIRO DA. Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação. Rio de Janeiro. IPEA/INPES. 1.979.
- 40) CATLIN, G.E.C. Tratado de Política. Ed. Zarar. Rio de Janeiro. 1.967
- 41) DOMINGUES, ALFREDO JOSÉ PORTO - Panorama Regional do Brasil Nordeste. Instituto Brasileiro de Geografia . Rio de Janeiro. 1.969
- 42) FAYOL, HENRI. Administração Industrial e Geral. tradução para o português de Irene de Bojano e Mário de Souza. 9ª ed. São Paulo. Atlas. 1.978.
- 43) GENSCHOW, FERNANDO A. O Plano Nacional de Colonização no Brasil. Anuário do INCRA. Rio de Janeiro. 1.966
- 44) HEBETT, JEAN & MARIN, ROSA E. ACEVEDO. Colonização Espontânea Política Agrária e Grupos Sociais, In Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação. IPEA/INPES. Rio de Janeiro. 1.979
- 45) HOLANDA, ANTONIO NILSON; O Planejamento no Processo de Mudança. Santiago do Chile. ILPES - OEA - BID. 1.972.
Mimeo
- 46) HUGON, PAUL. Demografia Brasileira. Ed. Atlas. São Paulo 1.973
- 47) JUNIOR, CAIO PRADO. Evolução Política do Brasil e Outros Estudos. São Paulo. Editora Brasiliense. 1.971
- 48) KAPLAN, ABRAHAM. A Conduta na Pesquisa; Metodologia Para as Ciências do Comportamento. São Paulo. Herder . 1.972.

- 49) KOONTZ, HAROLDO & O'DONNELL, CYRIL. Princípios de Administração, tradução de Albertino Pinheiro Junior e Ernesto D'orso, 6 ed. São Paulo, Pioneira, 1.973
- 50) KRECH, DAVID & CRUTCHFIELD, RICHARD S. Elementos de Psicologia, tradução de Dante Moreira Leite. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1.968
- 51) MAHAR, J. DENIS. Desenvolvimento Econômico da Amazônia. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1.978
- 52) MELLOR, JOHN W. O Planejamento do Desenvolvimento Agrícola. Rio de Janeiro, O cruzeiro, 1.967
- 53) MOYNIHAN, DANIEL P. O Desafio Urbano. São Paulo. Ed. Cultrix, 1.972
- 54) NEWMAN, WILLIAN H. Ação Administrativa. 3 ed. São Paulo Atlas, 1.972
- 55) RASTORE, JOSÉ. Emprego, Renda e Mobilidade Social no Brasil. Rio de Janeiro. IPEA - V. 6 nº 3. 1.976
- 56) PAULA, JOSÉ ALFREDO AMARAL DE - Crédito Rural. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Agronomia, Brasília - 1.973
- 57) PETRONE, PASQUELE. Perspectiva da Colonização no Brasil, in: Associação dos Geógrafos do Brasil. São Paulo - 1.973. Anais
- 58) PORTUGAL. História da Colonização Portuguesa no Brasil. Hitografia Nacional, Porto MCMXXIV
- 59) QUEDA, ORIWALDO "ET ALLI". Evolução Recente das Culturas de Arroz e Feijão no Brasil. Brasília, BINAGRI. 1.979

- 60) REIS, ARTHUR CEZAR PERREIRA, A Amazônia e a Integridade do Brasil. Ed. Sérgio Cardoso. Manaus. 1.966
- 61) _____, A Amazônia e a Cobija Internacional. Ed. Edinova. Rio de Janeiro. 2ª ed. 1.965.
- 62) RODRIGUES, JOSÉ DE ARIMATEIA, O Papel da Agricultura no Processo de Desenvolvimento Econômico e as Políticas Governamentais Para o Setor. Revista de Administração Pública. FGV. V. 12. 1.978
- 63) ROBOCK, STEFAM & SOLOMON, LEO, Desenvolvimento Internacional em Perspectiva. Ed. Forense. Rio de Janeiro. 1.966
- 64) SAITO, HIROSHI, O Japones no Brasil. Editora Sociologia e Política. São Paulo. 1.961
- 65) SALOMON, DÉLCIO VIEIRA, Como Fazer uma Monografia. Belo Horizonte. Inter Livros, 1.977
- 66) SALVADOR, ANGELO DOMINGOS, Métodos e Técnica de Pesquisa Bibliográfica. Porto Alegre. Sulina. 1.970
- 67) SILVA, DARCY DA, Colonização e Zonas Pioneiras In: Associação dos Geógrafos do Brasil. São Paulo. 1.973. Anais.
- 68) _____, WALTER, - Diagnóstico da Situação Alimentar no Brasil. Anais da Comissão Nacional de Alimentação, Rio de Janeiro. 1.968
- 69) SIMONSEN, ROBERTO C. História Econômica do Brasil. Cia. Editora Nacional. São Paulo. 1.937
- 70) SODRÉ, N. WERNECK, Formação Histórica do Brasil. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1.967

- 71) TAVARES, VANIA PORTO "et alli". Colonização Dirigida no Brasil, suas Possibilidades na Região Amazônica. IPEA INPES. Rio de Janeiro. 1.972
- 72) TAYLOR, FREDERICK WINSLOW. Princípios de Administração Científica; tradução de Arlindo Vieira Ramos ... 7 ed. São Paulo. Atlas. 1.978
- 73) TINBERGEN, JAN. Programação para o Desenvolvimento. FGV. Rio de Janeiro. 1.964
- 74) TOCANTINS, LEANDRO. Amazônia, Natureza, Homem e Tempo. Ed. Conquista. Rio de Janeiro. 1.960
- 75) VAITSMAN, MAURICIO. Integração Nacional. Ed. J. OZON. Rio de Janeiro. 1.960
- 76) VIANN, HÉLIO. História do Brasil. São Paulo. Edições Melhoramentos. 12 ed. 1.975
- 77) WALDO, DWGHIT. Teoria Política de La Administracion Pública. Madri. Tecnos S/A. 1.961.
- 78) WELLISCH, MAURICIO. Legislação Sobre Estrangeiros. R.J. Imprensa Nacional. 1.941.